

PORQUINHOS

Em defesa da causa indígena

ENTREVISTA | João Paulo Botelho:
"Retorno à dieta e ao modo de
vida tradicional é condição para a
sobrevivência dos povos indígenas"

Páginas 6 e 7

Há doze anos, centros educacionais
possibilitam aos Guarani Mbyá
viverem de acordo com sua cultura
na maior metrópole brasileira

Páginas 14 e 15

Ano XXXVII • Nº 383
Brasília-DF • Março 2016

Foto: Renato Santana

Uma aldeia demarcada na carne

Há quase setenta anos, centenas de Apãnjekra Kanela da aldeia Travessia, no Maranhão, foram cruelmente assassinados. Os invasores também incendiaram a aldeia, que não foi incluída na demarcação da Terra Indígena Porquinhos, em 1979. Em 2014, uma decisão do Supremo Tribunal Federal negou a possibilidade dos indígenas voltarem para o território da Travessia porque não estavam na posse dele em 1988. A tese do marco temporal, 35 anos depois, pune as vítimas e nega o direito dos Apãnjekra à sua terra.

Páginas 8 e 9

Águas turvas de março: 1964 - 2016

O cenário de instabilidade do início da década de 1960, que culminou no golpe militar de 1964, foi recriado 52 anos depois. E um março quente está se repetindo para tentar frear qualquer possibilidade de guinada do país rumo a um futuro menos nebuloso. O Brasil já viu esse filme, que promete repetir cenas de horror, as quais temos a obrigação de lembrar a todos.

Os indígenas, pouco considerados em seus direitos hoje e sempre, têm motivos para acreditar que, no cenário montado para acabar com o valor do voto nas urnas, a peça de teatro que vai ser encenada não terá um final feliz para os diferentes povos que resistem nesse país. Por isso é importante relembrar os dados apresentados pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), em dezembro de 2014, em seu relatório final, após investigação em apenas dez áreas indígenas, contabilizando o número de vítimas diretas da ditadura militar nas aldeias.

A CNV reconhece que as violências contra os indígenas não são esporádicas nem acidentais. "São sistêmicas, na medida em que resultam diretamente de políticas estruturais de Estado, que respondem por elas, tanto por suas ações diretas quanto pelas suas omissões". Como resultado dessas políticas de Estado, a Comissão estimou em ao menos 8.350 os indígenas de diferentes povos vítimas da ditadura militar. A CNV avalia que o número real de indígenas mortos no período deve ser "exponencialmente maior", já que foi analisada apenas uma parcela bastante restrita dos povos afetados.

Segundo as estimativas da Comissão, as vítimas diretas são: cerca de 1.180 Tapayuna, 118 Parakanã, 72 Araweté, mais de 14 Arara, 176 Panará, 2.650 Waimiri-Atroari, 3.500 Cinta-Larga, 192 Xetá, no mínimo 354 Yanomami e 85 Xavante de Marãiwatsédé. Na contabilidade macabra não há estimativas do número de vítimas da ditadura, por exemplo, entre os Guarani e Kaiowá, no Mato Grosso do Sul, e os Kaingang, na região Sul, alvos preferenciais dos "desbravadores" de terras indígenas, com patrocínios oficiais.

Ainda segundo o relatório da CNV, o ano de 1968, na esteira do endurecimento da ditadura militar, com o Ato Institucional 5 (AI-5), marcou o início de uma política indigenista mais agressiva, incluindo a criação de presídios para indígenas. O Plano de Integração Nacional (PIN), editado em 1970, preconizou o estímulo à ocupação da Amazônia, vista pelos verde-olivas que assaltaram o poder como um vazio populacional, onde os povos indígenas eram um estorvo a ser dizimado.

No ritmo de Brasil que "vai pra frente", os usurpadores criaram projetos de "integração nacional" baseados na abertura de

estradas, como a Transamazônica, que cortaria terras de 29 povos, entre eles onze grupos isolados. E ainda a BR 163, ligando Cuiabá a Santarém, além das BR 174, 210 e 374. A meta era assentar nas regiões próximas dessas estradas umas 100 mil famílias, calando os anseios de reforma agrária do Sul do país. Para garantir o silêncio na execução das metas com o falso lema "integrar para não entregar", a Fundação Nacional do Índio (Funai) passou a ser dirigida por generais.

Os grupos Waimiri-Atroari são emblemáticos para exemplificar o modelo dos generais para as aldeias. Foram massacrados, entre os anos 1960 e 1980, para abrir espaço para a BR-174, a construção da hidrelétrica de Balbina e a atuação de mineradoras e garimpeiros. Recenseados pela Funai, em 1972 eram cerca de três mil pessoas. Em 1987 eram somente 420, e em 1983 estavam reduzidos a 350.

Os casos de violações contra indígenas, os massacres e as mortandades não se restringiram aos povos no meio do caminho de projetos desenvolvimentistas, como os Waimiri-Atroari, os Parakanã, Arara, Araweté, Yanomami, Sateré-Mawé e Cinta Larga. Há indícios de massacres efetivados pela ação ou omissão de agentes estatais entre os Kanoê (RO), Akuntsu (RO) e Avá-Canoeiro (TO). Além de mortandades entre os Wajãpi (AP), Asurini do Tocantins (TO), Gavião Parkatejê (PA), Ikpeng (MT), Karipuna de Rondônia (RO) e Karo (RO), entre outros.

A lista de vítimas diretas e indiretas é extensa, como longos foram os 21 anos da ditadura militar. E não está completa, assim como não se completou a lista dos estragos, em diferentes setores, do tempo em que sonhar com a democracia era crime. Camponeses, estudantes, militantes, quilombolas e tantos outros povos, populações e indivíduos foram vitimados por se oporem aos planos dos ditadores de plantão. Os sobreviventes romperam as portas, instaurando a redemocratização, colocando na Constituição de 1988 direitos humanos e coletivos.

A efetivação de direitos como o acesso à terra, ao território tradicional, à saúde, à educação democrática diferenciada, à alimentação de qualidade e ao transporte ainda dependem de mais lutas. As águas turvas de março de 2016, que podem desembocar num abril de início da vitória das forças contrárias aos direitos básicos, levarão a retrocessos. Com eles são acenadas mais violências contra povos, populações e indivíduos que hoje lutam por justiça social e pela defesa de um tempo novo. Mas é preciso resistir sempre... Para que um tempo mais cristalino se abra, sem sinais de um projeto que revive cenas de sangue, como as enfrentadas após 31 de março de 1964.

Porantinadas

Retrocessos preocupam ONU

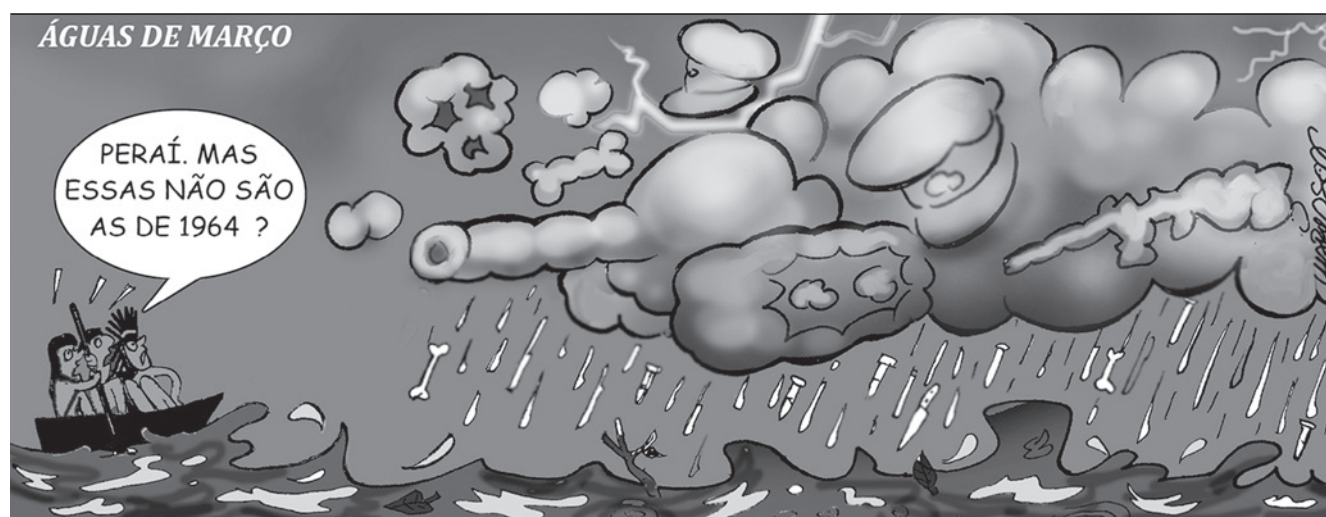
O relatório apresentado pela Relatora Especial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre direitos dos povos indígenas, Victoria Tauli-Corpuz, em Brasília, foi cristalino. Apontou omissões e ações diretas dos diferentes poderes do Estado brasileiro que geram insegurança e colocam em risco os direitos destes povos, além de ter manifestado preocupação com os retrocessos destes direitos e com a violência e as graves violações que vêm ocorrendo. A relatora recomendou respeito à autodeterminação e ao direito de consulta aos povos indígenas, além do fortalecimento da Funai e da retomada das demarcações.

Água na CPI contra o Cimi

As águas de março lavaram mentiras na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instaurada para desestabilizar o Cimi no Mato Grosso do Sul. No dia 16, o vereador Terena Cledinaldo Cotócio (Pros), do município de Sidrolândia (MS), desmentiu um dos principais argumentos do delegado da Polícia Federal (PF), Alcídio de Souza Araújo. Cotócio negou ter afirmado que "existiam componentes do Cimi instigando os índios a não saírem da fazenda" sobreposta à Terra Indígena Burity, dois anos antes, conforme declarou o delegado à CPI. Alcídio acusa a entidade indigenista de financiar e organizar ocupações de terra no estado. Diante da pergunta de um deputado da CPI, se estava dizendo que o delegado tinha mentido, o Terena foi categórico: "Eu estou dizendo o que eu falei". E devolveu a batata quente: "Se ele mentiu, quem está falando isso é o senhor".

Deputada quer Cimi para levantar voo

A deputada Mara Caseiro (PSDB-MS) quer se candidatar à prefeitura de Campo Grande. Com as asas curtas, a tucana resolveu atacar o Cimi para aparecer, criando uma CPI para incriminar a instituição pelas retomadas de terras indígenas no estado. Em março, a seis meses das eleições, espalhou mentiras em diversos aparatos da mídia local. Os absurdos eram tão grosseiros que não valem ser repetidos. Desmentidos os montes de trapalhadas e calúnias, sobrou a verdade, que pode se tornar uma armadilha para pegar pássaros pesados, de bico longo e predadores dos pequenos.



Privatização da saúde indígena continua em pauta

Em 2014, a Sesai executou apenas 7,5% do orçamento para a estruturação do setor. Portanto, a atual situação caótica da saúde indígena não pode ser justificativa para a sua privatização.

Renato Santana, Assessoria de Comunicação

Na 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista, em dezembro do ano passado, ficou definida, após duas votações, a posição dos povos indígenas contra a criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena (Insi). O Projeto de Lei (PL) para a criação do instituto, enviado à Câmara Federal em novembro de 2015, pelo Ministério da Saúde, porém, segue em tramitação nas comissões da Casa Legislativa. Desconsiderando a decisão da maioria dos delegados e delegadas presentes na conferência, o governo federal manteve o PL em pauta.

O Insi é uma forma de privatizar a execução dessa política pública, que atualmente consta como parte das responsabilidades da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai). Esta avaliação é hegemônica entre o movimento indígena. E é respaldada até pelo partido do governo, o PT, que faz uso de leis da gestão Fernando Henrique Cardoso (FHC) então questionadas no Supremo Tribunal Federal (STF) pelos petistas no final da década de 1990.

Entre privatizações e a implementação da cartilha do Estado Mínimo, por FHC, o Congresso Nacional aprovou as leis 9.637 e 9.648, ambas de 1998. Tais normas dispensam de licitação a celebração de contratos entre o Poder Público e as organizações sociais para a prestação de serviços públicos, dentre eles a saúde. Naquele mesmo ano, PT e PDT questionaram as leis e ajuizaram no STF, com pedido liminar, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) 1.923.

Os ministros do STF ainda não julgaram a ação, passados 18 anos. São essas leis, todavia, que agora respaldam a criação do Insi, uma espécie de paraestatal destinada a gastar os recursos públicos destinados à saúde indígena. O ex-secretário da Sesai, Antônio Alves, empreendeu uma verdadeira cruzada na surdina, junto aos povos indígenas, para conseguir apoio suficiente à criação do Insi. Enquanto isso, a saúde indígena se tornou sinônimo de desassistência e mortes entre os povos.

A situação caótica da saúde indígena é um dos argumentos governistas para a criação do Insi. O que os defensores da proposta não dizem é que, em 2014, quando foi proposta sua privatização, a Sesai executou apenas 7,5% do orçamento para a estruturação do setor – conforme dados do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Quando o órgão não executa a quantia autorizada e empenhada para determinada ação, o montante volta para os cofres da União.

Em cifras: dos R\$ 40 milhões destinados para a Estruturação de Unidades de Saúde e Distritos Espe-



Durante a 1ª CNPI, na qual mais de mil indígenas estiveram presentes, após duas votações, os povos indígenas rejeitaram a criação do Insi; apesar disso, o governo mantém o projeto em tramitação na Câmara

ciais de Saúde Indígena (Dsei), a Sesai gastou apenas R\$ 3 milhões. O resultado não poderia ser outro: não há recursos humanos para dar conta das licitações, inclusive para qualificar o processo, e tampouco estrutura para o atendimento básico. A defasagem, como se vê, desmonta o sistema e o coloca em colapso.

No balanço do Ministério do Planejamento é possível constatar ainda que, em 2014, dos R\$ 48 milhões destinados ao saneamento básico em aldeias, apenas R\$ 1,6 milhão foi utilizado. De 2014 para cá os números demonstram uma acentuada piora da execução da política pública. O ano de 2015 fechou com R\$ 30,4 milhões executados, dos R\$ 50 milhões destinados à estruturação. Dos R\$ 60 milhões destinados ao saneamento básico e controle de agravos nas aldeias, pouco mais de um terço (R\$ 20,4 milhões) dos recursos foi utilizado.

Em 2016, o orçamento para estruturação soma R\$ 86,2 milhões. Até a primeira quinzena de abril, a Sesai autorizou R\$ 8,1 milhões, empenhou R\$ 2,2 milhões e liquidou R\$ 1,8 milhão. Ou seja, quase um terço do ano já se passou e menos de 15% do orçamento geral foi utilizado.

Saúde indígena na indigência

Se, por um lado, o direito territorial dos povos indígenas é atacado pela bancada ruralista no Congresso Nacional, o direito à saúde desses povos enfrenta risco de desrespeito no Parlamento – por obra do próprio governo federal. As principais vítimas nesse processo têm sido as crianças e os jovens indígenas. Conforme o último Relatório *Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil*, publicado anualmente pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), foram registradas 785 mortes de crianças entre 0 e 5 anos em 2014.

A taxa de mortalidade na infância (do nascimento até 5 anos) nos Xavante chegou a 141,64 por mil, enquanto a média nacional registrada em 2013 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi de 17 por mil. Em Altamira, no Pará, município atingido pelas obras da hidrelétrica de Belo Monte, a taxa de mortalidade na infância chegou a 141,84

por mil. Já entre os Yanomami foram registradas 46 mortes de crianças menores de 1 ano. Em relação à morte por desassistência à saúde, em 2014, foram registrados 21 casos. No ano anterior, sete mortes haviam sido registradas.

De acordo com informações da própria Sesai, 135 indígenas cometeram suicídio em 2014. Este número configura-se como o maior em 29 anos, de acordo com os registros do Cimi. O Mato Grosso do Sul continua sendo o estado que apresenta a maior quantidade de ocorrências, com o registro de 48 suicídios, totalizando 707 casos registrados de suicídio no estado entre 2000 e 2014.

Controle social

Estas informações vêm sendo tratadas com atenção pelo Ministério Público Federal (MPF), que se posicionou publicamente contra a criação do Insi e, promoveu duas vezes, em 10 de dezembro de 2012 e 19 de abril de 2016, o chamado “Dia D da Saúde Indígena”. Para a Comissão de Saúde Indígena da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal é preciso reforçar o controle social da política pública, habitualmente alvo de interferências políticas por parte do governo federal. Uma das recomendações do MPF diz respeito ao combate a ingerências de caráter nepotista.

De antemão, porém, o MPF sempre manifestou a disposição de ajustar condutas do governo federal ante a desassistência à saúde indígena. O MPF também manifestou a disposição de recuar em posições próprias sempre que houvesse consenso entre os povos indígenas. Como mencionado acima, durante a 1ª CNPI, após duas votações, os povos indígenas rejeitaram a criação do Insi.

A procuradora da República Deborah Duprat, em agosto de 2014, declarou que na ocasião da criação da “Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares [eu] tinha assumido, na condição de vice-procuradora-geral da República, posição contrária à sua criação em ação direta de inconstitucionalidade. Todavia, essa posição poderia ser alterada caso os povos indígenas se manifestassem favoravelmente ao novo modelo”.

Outra informação da procuradora desconstruiu mentira do governo federal aos indígenas de que a proposta do MPF de construção de concursos públicos para a saúde indígena desempregaria Agentes Indígenas de Saúde (AIS) e os Agentes Indígenas de Saneamento (Aisan). Conforme Duprat, os indígenas “permaneceriam em seus cargos, por meio de contrato temporário (cláusula 4ª do Primeiro Aditivo ao TC)”. ♦

Cimi: lutas e mártires

Neste ano em que o Cimi completa 44 anos de solidária existência junto aos indígenas, traremos à memória aspectos importantes das lutas e dos compromissos com os povos originários deste país. Lembraremos a memória dos mártires da caminhada, os testemunhos maiores que selaram, com sangue, vida doada, pela causa do Reino, da Justiça e dos direitos sagrados destes povos. As razões dos martírios vêm da disputa pela terra. Neste primeiro texto, reverenciamos o mártir e profeta Vicente Cañas.

Egon Heck, Secretariado Nacional

O dia a dia de Vicente Kiwxí na aldeia

Convite a uma caminhada pela memória perigosa nos caminhos do martírio e da esperança de Vicente Cañas, chamado de Kiwxí pelos indígenas, parte de suas próprias palavras. Foram registradas em carta, em 1980, quando vivia com os Enawenê Nawê, partilhando todos os aspectos da vida desse povo de contato recente:

"Passo todo o tempo aqui na aldeia dos índios aprendendo sua linguagem e vivendo como eles. Para mim fica fácil porque a vida é muito simples e numa atmosfera na qual apalpa a Deus. É magnífico ver o Criador em tudo, sem levar a vida sofisticada de nossa civilização.

Nos levantamos à uma da madrugada, bebemos a chicha, e começa em seguida o ritual, com cantos e danças, ao som da flauta, ao redor do fogo. É uma cultura, a indígena, tão envolvida em Deus, que tudo isto faz com que a gente se encontre mais próximo Dele.

Ao clarear o dia saímos à floresta e aos rios a procurar alimentos (nossa vida é de pura subsistência). Voltamos ao cair da tarde. Não comemos nada durante o dia (só a bebida da manhã), até a tarde. E, assim, um dia após outro. Porém a gente não acha nada de menos: Deus está aqui. A dureza da vida se torna mais leve aqui, dia a dia. Torna alguém mais humano, mais compreensivo. O tempo passa rápido.

Vivo numa casa (choça) que abriga três famílias e a nós. O que tenho dentro dela: dois caixões para guardar roupa, arroz, café, sabão, pomelos, um pozal e várias coisas mais. Me sento no chão e não tenho mesa, por isso, escrevo ajoelhado. Durmo numa rede amarrada no teto por duas cordas, como se fosse uma maca.

No centro da aldeia está a casa sagrada, onde a gente se torna mais humano.

Tenho passado umas temporadas muito intensas, como quase todas. Não só as coisas que alguém tem que dar é o que interessa, senão aquilo que dentro de mim Cristo nasce para ser mais eu e parar entregar-me no espiritual e no material a meus semelhantes".

Para melhor entender Kiwxí é necessário se transportar à Prelazia de Diamantino, no Mato Grosso, onde os jesuítas mantinham um trabalho missionário junto a vários povos indígenas desde o início do século passado. O estilo de missão de então não se diferenciava das que outras congregações religiosas mantinham na Amazônia, principalmente os salesianos, a ordem da Consolata, os franciscanos e capuchinhos. Internato, escola, hospital, marcenaria e mais algumas estruturas, dependendo das necessidades.

Vicente se negou a ficar atrelado a esse tipo de missão. Fazia

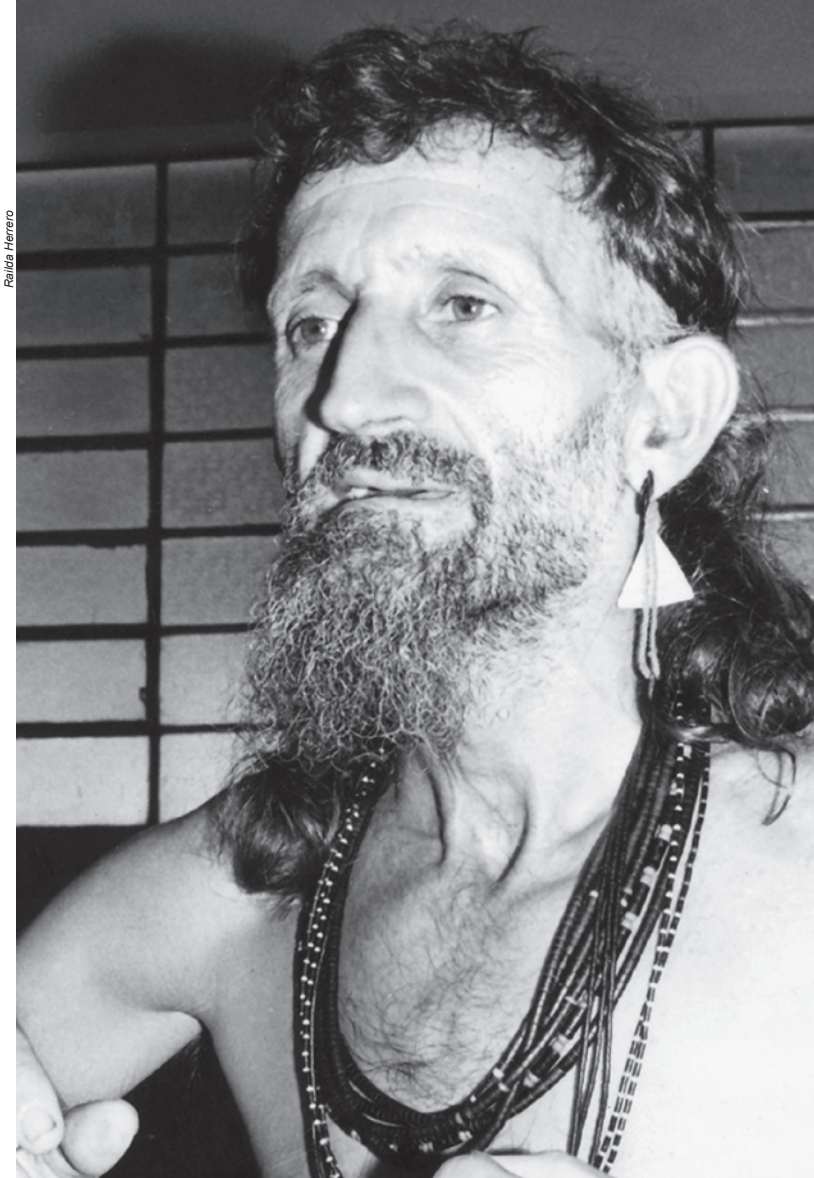
parte do grupo que teve a coragem profética de desmontar o internato de Utiariti e partir para a convivência e encarnação nas aldeias indígenas. Eram os ventos do Concílio Vaticano II, de Medellín e Puebla que sopravam forte nos corações, nas mentes e atitudes corajosas desses missionários insurgentes e dispostos a partir para uma outra ação, de solidariedade aos povos indígenas.

Opção radical

A partir de 1975, o padre Thomaz passa a morar na aldeia Myky e recebe o nome Yaúka. O Irmão Vicente acompanha esta iniciativa e recebe o nome "Kiwxi". Aos poucos, os corações, espíritos e as almas destes dois companheiros vão se "indianizando", fazendo-se mais e mais irmãos pelo sangue e compromisso compartilhados, "amigos no Senhor", amigos e irmãos dos índios.

Desde 1982 até o martírio em 1987, Kiwxí morou entre os Enawenê Nawê. Tinha dedicação e cuidados impressionantes, procurando reduzir ao mínimo os "perigos" e efeitos do contato dos índios com a nossa sociedade. Como missionário foi o mais longe possível no trabalho de inculturação orientado pela Igreja. Aos poucos foi tornando-se um deles: participava de seus rituais, pescarias, trabalhos de roça, coletas de mel, frutas e tubérculos; fazia cestaria, artesanato e utensílios próprios dos homens. Dedicou-se ao aprendizado profundo da língua desse povo, meio privilegiado para reproduzir e transmitir sua cultura. A cada dia familiarizava-se mais com seus usos e costumes.

Kiwxi era simples no vestir e no comer. Na sua mochila levava a rede, bermudas e camisetas e o diário de campo. Com o material de higiene pessoal estava o material de caça e pesca. Era um exímio pescador, algo que os Enawenê Nawê valorizavam muito, pois não comiam



Reilba Herrera

Jesuíta espanhol, Vicente Cañas, o Kiwxí, viveu com radicalidade a inculturação em um povo indígena e a evangelização inculturada, provocando rupturas e reconstruções do viver em missão

carne vermelha de caça. O chinelo de dedo, a camiseta e a bermuda eram sua marca distintiva. Lia muita teologia e antropologia. Gostava de conversas críticas sobre a prática missionária. Sonhador, vivia a utopia do evangelho, mas, ao mesmo tempo, era muito realista na visão de mundo e prático na ação. Aberto ao novo e atento aos sinais dos tempos.

Com memória privilegiada, era perspicaz nas reuniões com os jesuítas, com a organização Operação Anchieta (Opan) e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), e nos diálogos com os companheiros e companheiras. Discorria sobre assuntos que já tinha ruminado por meses na aldeia, mata, no rio e no barraco à beira do Juruena. Expunha suas ideias com desenvoltura e paixão. Como homem místico, sua motivação última era Deus e seu Projeto de Vida. Alimentava sua fé no silêncio, na comunhão com a mata e o rio, mas, sobretudo, participando dos intensos e longos rituais dos indígenas. Foi um homem do povo Enawenê Nawê, um homem de Deus!

A luta pelo território indígena

A disputa pela terra é, até hoje, a razão principal das lutas e violências praticadas contra os povos indígenas no Brasil. Por isso, em sua primeira Assembleia, em junho de 1975, o Cimi definiu como sua principal linha de atuação a demarcação e a garantia das terras indígenas.

E foi justamente a luta pela terra a primeira bandeira que Kiwxí levantou junto com os Enawenê Nawê, que tinham consciência dos limites de seu território tradicional e da necessidade de defendê-lo dos invasores. Para este povo, a terra é sagrada, no sentido mais profundo dessa palavra.

Uma semana antes do martírio, quando se dirigia à aldeia, com um barco e motor de popa novos, mantimentos e gasolina suficientes para meses, na travessia do Rio Juruena, Kiwxí partilhou com o padre Balduino Loebens SJ (membro da jesuítica Companhia de Jesus):



Arquivo Cimi

Destemido e cuidadoso, Vicente era reconhecido pelos indígenas como um deles



“Nunca estive tão bem de recursos para seguir em frente no trabalho de forma tão qualificada! Não me sinto só. Vivo na presença de Deus. Contemplo as maravilhas de Deus na bela natureza desse Rio Juruena. Louvo a Deus ao fisgar gostosos peixes! [...] Para quê estragar o ritmo desse povo que vive feliz? Nossa presença deve ser segurança e ajuda para eles seguirem sua vida sem percalços”.

Vicente também teria comentado com seus companheiros: “Não estranhem se um dia vocês me encontrarem morto”. Por causa das ameaças, Kixwí evitava, ao máximo, sair da terra indígena. Conforme carta enviada ao padre Thomaz Lisbôa (20/9/1984):

“Não vou nunca mais a Cuiabá, não vou sair da área, deixando aos Enawenê Nawê ameaçados. Nem Dorotéia [voluntária da Opan] vai sair da aldeia. Vamos assumir as circunstâncias até o fim: se temos que morrer, vamos morrer todos! Esta é uma razão a mais, Jáuka [nome Myky de Thomaz Lisbôa], para urgir a necessidade de resolver de forma definitiva o problema da área [a demarcação], pois a insegurança afeta agora muita gente.

O brutal e covarde assassinato

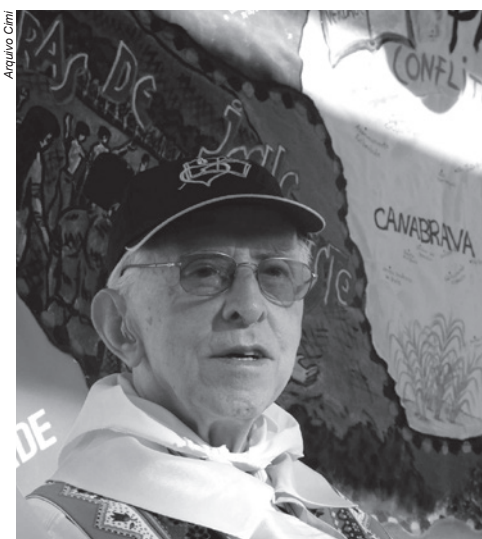
Em depoimento, ao Ministério Público Federal, no dia 14 de junho de 1997, Paulo Tompeba, índio Rikbaktsa, declarou:

“Quando nós chegamos lá a porta do barraco estava aberta. O Vicente tinha ido para o banho. Quando ele voltou e entrou, um da turma entrou atrás e outros quatro ficaram na retaguarda. O cara que entrou no barraco falou: ‘se entrega moço, daqui você não escapa’. Nesta hora o Vicente olhou para trás e o cara já estava no pé dele. E ele voltou a falar: ‘chegou sua hora de entregar a vida’. O Vicente falou: ‘ué, o que é que eu fiz de maldade para vocês?’, ‘Nós não queremos saber que maldade você fez, não’. E Vicente respondeu: ‘Se vocês querem fazer qualquer coisa comigo, eu estou a fim de entregar a minha vida’. Então o cara falou: ‘No lugar do índio vai você, você está nas nossas mãos’. Ai pegaram ele. Quando o cara entrou, se agarrou no padre, os outros entraram e desceram o porrete. Quando matamos o Vicente não mexemos em nada. Ninguém mecheu (sic) em nada dos bagulhos dele. Só afundamos a voadeira que estava no porto. Era só isso parceiro, você não conta isso para ninguém”.

Vicente Vive.

A luta Enawenê Nawê continua

“O Irmão Vicente Cañas, Kixwí, está vivo: na floresta florida que cresce na sua sepultura, na terra-mãe; nas águas dos rios e igarapés que correm livres e pelos que navegou e pescou; nos territórios que defendeu, ajudando a demarcar e proteger; nos povos com quem lutou; na memória, inspiração e compromisso dos missionários e missionárias que trazem suas pegadas, ontem, hoje e sempre continuaremos andando; na vida e no canto, na dança e na música das flautas de seus irmãos Enawenê Nawê e de todos os povos índios do mundo. Dizia de si mesmo ter um coração ao mesmo tempo de guerrilheiro e de mendigo. Guerrilheiro, ele o foi em sua opção de luta, e mendigo na seita em sua vivência de despojamento”. (Regional Cimi Mato Grosso)



Carta aberta a nossos mártires

Escrevo a todos vós, nossos e nossas mártires, que destes a vida pela Vida, ao longo de toda a nossa América, nas ruas e nas montanhas, nas oficinas e nos campos, nas escolas e nas igrejas, de noite ou em pleno dia. Por vós, nossos e nossas mártires, sobretudo, nossa América é o continente da morte com esperança.

Pedro Casaldáliga

Bispo emérito da Prelazia do Xingu

É hora de martírio

“É hora de martírio”. Nesse tempo de palavras fáceis, nesse tempo de engodos, nesse tempo de medo, estas palavras queimam os olhos, os ouvidos e o coração dos que ainda o têm.

“É hora de martírio”. Estas palavras resumem a vida e a morte do padre Rodolfo e do padre João Bosco Burnier. Todos sabemos como é longo caminhar na direção do povo. Antes de chorar a morte desses mártires é justo perguntar pela terra do povo Bororo, despojado, expulso, dizimado... porque, sem essa terra, virão outros mártires. É justo perguntar pela dor de três mulheres anônimas de Ribeirão Bonito, humilhadas, torturadas, brutalizadas... porque essa dor nasceu há séculos, e há séculos se recompõe e renasce diariamente na vida desses pequeninos [...].

É hora de recordar nossos mortos. Todos os nossos mortos. Os de hoje e os de sempre. Lembrar-se dos 400 anos de massacre; lembrar-se dos extermínio de povos inteiros; [...]

Essa tem sido a língua do Cimi. Tem sido a sua linguagem. Incômoda e tensa. Falar numa casa de silêncios exige coragem. A força cega se abateu e cobrou sua parcela de sangue. O sangue desses homens – porque na morte eles foram sobretudo homens na sua dimensão maior, de entrega e abnegação – será a marca dos dias que navegamos. [...]

Hamilton Pereira da Silva

Boletim do Cimi – Jan/Fev de 1977

Em memória: sonhos, rupturas, martírio

“Mártir da causa indígena, o Irmão Vicente fica como um homem fora do comum: despojado, autêntico, entregue ao espírito. Um profeta também, cujos atos na vida às vezes não entendíamos, mas que, na morte, recebeu a máxima glória do martírio, dom de Deus”. (Bartolomeu Meliá, junho de 1987)

“Vicente protagonizou a mudança de linha missionária, provocou rupturas e reconstruções do viver em missão”. (Beth Rondon)

“Falar de Vicente Cañas significa falar de radicalidade de opção de vida; sair do conforto institucional e viver cada dia provendo apenas o necessário; sonhar e buscar caminhos concretos de justiça e de direitos; caminhar junto, somar com os/as companheiros/as, mas também se retirar e, quem sabe, a partir daí se fortalecer”. (Terezinha Weber)

“Vicente se tornou o revolucionário mais completo que conheci na minha vida. Vicente foi um revolucionário de palavra e de ação”. (Egydio Schwade)

“Será difícil encontrar entre os antropólogos e missionários de todos os tempos alguém que tenha pretendido viver com mais radicalidade a inculturação num povo indígena e a evangelização inculturada, como a entendemos hoje, Vicente Cañas é único”. (Kixwí, *el jesuíta índio* - José Luiz Lopes e José Carrion Pardo – 2003)

“Durante quatro anos, de 1978 a 1981, fui seu companheiro de missão. Convivemos na mesma aldeia com os índios e, para evitar intromissões na rotina indígena, não mantínhamos conversações pessoais. Já no barraco, que ficava distante deles, era diferente. Eram, às vezes, longos dias de espera, curando-nos de uma gripe (não podíamos correr o risco de levá-la aos índios e contagiá-los) ou simplesmente descansando, aproveitando o tempo para ler, escrever cartas, meditar e conversar. E, às vezes, para comentar os sonhos da noite, com frequência muito semelhantes. Suas palavras, seus gestos, suas atividades são, para mim, um memorial entranhável. Creio conhecer bastante as experiências missionárias no Brasil e em outros países da América Latina. Posso dizer, sem exagero que, por aquilo que conheço, nenhum foi tão longe como Vicente, no caminho da inculturação. A vida dos Enawenê Nawê tomou corpo nele. Para o que lhe ajudavam suas grandes capacidades físicas e morais, porém também, uma opção espiritual realmente profética”. (Bartolomeu Meliá, junho de 1987, *Sangre en Latino América*, Comision de Pastoral Social, Cochabamba, Bolívia) ♦



“Em celebração à memória das lutas do Cimi durante mais de quatro décadas, queremos, de maneira especial, homenagear centenas de indígenas assassinados e os mártires deste Conselho”

Um silencioso ataque nas aldeias

A herança genética associada às recentes mudanças na alimentação e no modo de vida, além de causarem a obesidade, fazem dos indígenas do continente americano as populações com maior prevalência de diabetes em todo o mundo: "Retorno à dieta tradicional é condição para a sobrevivência desses povos".

Railda Herrero, Jornalista e Colaboradora

Um mal silencioso está invadindo as aldeias. O diabetes, uma tragédia anunciada com o abandono da alimentação e do estilo de vida tradicionais, ameaça os povos indígenas em todo o continente americano. Uma variante genética, que promove a retenção de energia, torna o açúcar um poderoso inimigo, gerador da doença e do acúmulo de gordura. A mudança alimentar ajuda a explicar como o diabetes e a obesidade estão se espalhando nas aldeias do Brasil.

A incidência do diabetes mellitus (tipo 2) na população não indígena caucasóide descendente de europeus é de aproximadamente dois para cada mil habitantes/ano no mundo. Na população brasileira a prevalência da doença (casos existentes em determinada data) é de 7,6%. Entre os nativos do continente essa proporção de incidência (casos novos) é terrível: mais de trinta para cada mil habitantes/ano. A prevalência entre nativos da região do Arizona, nos Estados Unidos, é de 50% a 70%, com centros de diálise instalados nas reservas.

Pesquisas lideradas pelo professor adjunto da Universidade Federal do Estado de São Paulo (Unifesp), João Paulo Botelho Vieira Filho, sinalizaram o que pode estar ocorrendo em muitas áreas. Especialista em endocrinologia, metabolismo e nutrição, o professor Botelho faz pesquisas sobre saúde em terras indígenas há mais de quarenta anos, e foi pioneiro na descrição de incidência de diabetes mellitus em aldeias. Em 1977 ele já descrevia sobre a endemia de diabetes tipo 2 entre os Karipuna e Palikur, no Amapá. No Centro de Diabetes da Escola Paulista de Medicina da Unifesp, onde é preceptor, atende a indígenas de diversas regiões, tendo uma amostra da situação no país.

Nesta entrevista ao *Porantim*, o professor Botelho fala sobre resultados de pesquisas de campo no continente americano, mostrando a relação entre a genética e o diabetes e obesidade. Para ele, só há esperanças no resgate da agricultura tradicional e na valorização do legado alimentar indígena.

Porantim - Os resultados das pesquisas científicas de sua equipe, realizadas entre quase mil Xavante de duas aldeias, no Mato Grosso, soaram como um alarme para todas as comunidades no país. Quais foram as principais constatações?

João Paulo Botelho - Nas Aldeias São Marcos e Sangradouro mais de 70% das mulheres indígenas adultas têm diabetes tipo 2 ou são pré-diabéticas. Além do diabetes, em decorrência do abandono dos alimentos tradicionais, do grande consumo de açúcar e da falta de atividades físicas, a obesidade atinge 50,8%, e 17,5% sofrem com a hipertensão nessas aldeias visitadas pela Unifesp. Em diversos grupos indígenas há endemia de diabetes, mas os Xavante estão em epidemia. Em 1977, quando começamos a fazer pesquisas em aldeias no Mato Grosso, os Xavante eram delgados, seguiam a dieta tradicional e não tinham diabetes. Em 1981,

começaram a consumir arroz e açúcar. Em 1996, foram registrados casos de diabetes e a obesidade era visível. Agora, é cada vez mais frequente índios obesos. Em Sangradouro uma mulher chegou a pesar mais de 120 quilos, como também em São Marcos um homem pesava mais de 120 quilos, durante nossas pesquisas.

Porantim - Quais são os resultados, ao se comparar os Xavante e a população brasileira, em geral?

João Paulo Botelho - A prevalência de diabetes em Sangradouro e São Marcos foi constatada em 28,2% dos exames feitos ao longo da pesquisa entre os Xavante. Essa média é quatro vezes maior do que a da população brasileira em geral. A prevalência de diabetes entre os Xavante homens é de 18,4%, e entre as mulheres de 40,6%. Nossas pesquisas revelaram que, em geral, 32,3% dos Xavante examinados são pré-diabéticos, isto é, têm alteração de glicemia, já caminhando para o diabetes. Entre os homens, os pré-diabéticos são 29,7% e, entre as mulheres, 34,4%. Somando-se as mulheres diabéticas, que são 40,6%, com as 34,4% pré-diabéticas, dá um total de 75% de vítimas femininas. Essa tragédia entre os Xavante se deu com o abandono de roças tradicionais e exercícios.

Porantim - Quais os danos provocados pelas mudanças alimentares?

João Paulo Botelho - Os Xavante praticamente abandonaram a dieta tradicional a partir de 1980, quando a Funai [Fundação Nacional do Índio] iniciou o Projeto Arroz na área. Com a nossa herança autoritária portuguesa e espanhola, o governo, que se considera dono do patrimônio, decidiu fazer esse projeto. Alguns anos mais tarde vi os maquinários abandonados enferrujarem no cerrado e os Xavante trocaram a alimentação tradicional pelo arroz beneficiado. Eles vendiam o arroz integral que plantavam e trocavam pelo refinado, com menos vitaminas e menos fibra vegetal. Comiam o arroz branco em grande quantidade, porque não enchia. Comiam até arroz doce de manhã, que aprenderam com os brasileiros. Os novos hábitos alimentares se sedimentaram com a entrada de dinheiro nas aldeias. Com o apoio das escolas dos salesianos nas reservas, muitos Xavante se formaram e passaram a ocupar cargos de professores, diretores de escola, técnicos de enfermagem e

Com a experiência de quem trabalha com saúde indígena há mais de 40 anos, o médico João Paulo Botelho alerta sobre os perigos das mudanças no modo de vida dos povos indígenas, especialmente em sua dieta

motoristas. A esses salários somaram-se os recursos de aposentadorias e projetos sociais de diversas esferas. Enquanto isso, o governo não investiu num projeto educativo, com mensagens na escola fundamental e na média, valorizando a dieta tradicional.

Porantim - Como surgiu a epidemia de diabetes?

João Paulo Botelho - A entrada do arroz no cardápio, a merenda escolar não diferenciada e os novos hábitos prenunciavam o que constatamos com nossas pesquisas sobre o diabetes nas duas aldeias Xavante. Com o aumento do dinheiro e os recursos de projetos sociais, incluindo até botijão de gás, eles largaram os



“A condição para a sobrevivência das populações indígenas no Brasil é a manutenção da dieta tradicional, como feijão, batata-doce, milho e farinha de mandioca para engrossar a alimentação com fibras, que evitam o câncer de intestino e a engorda.”

exercícios e passaram a comprar de tudo, sem saberem dos malefícios. Compravam salgadinhos, sucos, sorvetes, grande quantidade de bolachas, pão de fôrma, pão doce e carros cheios de refrigerantes. Cada copo de refrigerante pode ter três colheres de sopa de açúcar. Já as bebidas alcoólicas industrializadas contêm muitas calorias e são lesivas aos pâncreas dos índios, órgãos produtores de insulina. Em 1996, descrevemos a emergência do diabetes na área e o aumento de peso da população de duas aldeias. Em 2009, montamos uma equipe de pesquisa profunda do diabetes tipo 2 entre os Xavante. A pesquisa, que contou com o professor Laércio Franco, da USP [Universidade de São Paulo] de Ribeirão Preto, e a doutora Regina Santiago Moisés, da Escola Paulista de Medicina, comprovou a epidemia de diabetes, com casos de amputação, diálise e perda da visão até em adolescente.

Porantim - *Como mudar essa realidade nas aldeias?*

João Paulo Botelho - Com mensagens educativas de valorização da dieta deles na escola é possível resgatar a alimentação tradicional. Não são medidas autoritárias, mas educativas. Conversando e mandando mensagens para as crianças, sobretudo, porque o adulto é mais difícil de mudar hábitos. É preciso lembrar que eles deram de comer ao mundo e não podem perder isso. É extremamente importante incluir a educação alimentar nas escolas indígenas para ajudá-los a resgatar a dieta tradicional e mudar o quadro alarmante que assola essa população que responde menos ao tratamento medicamentoso oral, necessitando de insulina injetável.

Porantim - *O senhor integrou uma grande equipe de pesquisadores internacionais que estudou a maior suscetibilidade das populações indígenas às doenças metabólicas, por causa da herança genética. Quais as constatações?*

João Paulo Botelho - A receita para se espalhar o diabetes e a obesidade tem três ingredientes. O gene ABCA1 é o primeiro.

Essa variante genética faz com que o organismo dos indígenas acumule gordura. Adicione a essa tendência, o consumo do açúcar cristalizado, sacarose, presente nos refrigerantes, e o abandono da alimentação tradicional e das atividades habituais, que exigiam mais esforços físicos. A genética também explica porque os brancos não miscigenados com índios são mais resistentes ao diabetes e às bebidas alcoólicas. O primeiro relatório científico sobre o ABCA1, a variante genética exclusiva das populações nativas e de seus descendentes na América, foi publicado na revista científica *Human Molecular Genetics* em 2010. No Brasil, o levantamento contou também com a colaboração da doutora Regina Santiago Moisés e [do geneticista] Francisco Mauro Salzano.

Porantim - *Como os genes de reserva de energia se transformaram em vilões?*

João Paulo Botelho - Os Xavante têm mais seis genes que proporcionam a obesidade, com a nossa dieta ocidental, que é hipercalórica. Esses genes, que garantem a propensão à reserva de energia, foram positivos para superar tempos de penúria alimentar. A herança com o gene variante ABCA1 é responsável pela manutenção de 27% da gordura do corpo, que não é eliminada facilmente. Ela acabou promovendo uma seleção natural entre os povos que chegaram primeiramente ao nosso continente há pelo menos quinze mil anos. Esse gene garantiu a sobrevivência dos povos indígenas. Mas, com a mudança na alimentação e no estilo de vida, tornou-se uma bomba-relógio.

Porantim - *Quais os efeitos dessa carga genética nas aldeias e em descendentes de indígenas?*

João Paulo Botelho - O geneticista James V. Neel descreveu a evidência de que o diabetes e também a obesidade têm forte carga genética e batizou suas desco-

bertas de *thrifty gene*. Apesar dos atuais efeitos negativos, esses genes favoreceram o processo de seleção natural, no passado, ao garantir o acúmulo de energia vital. Um exemplo do que representa essa carga genética é quando eu, de origem europeia, vejo açúcar ou comida, é como se disparasse um tirinho de espingarda ao organismo; enquanto nos indígenas soltam um tiro de canhão e acumulam tudo o que comem. O resultado é que soltam insulina em maior quantidade e acumulam. Quando ficam gordos, o tecido gorduroso dá resistência à insulina e o corpo precisa fabricar mais insulina, entrando em falência. A genética faz com que as populações do mundo com maior prevalência de diabetes sejam os indígenas da América do Norte, da América Central e da América do Sul. Essa genética de acúmulo de energia se desenvolveu em milênios para garantir a sobrevivência, e eles não vão perder essa característica. Os filhos, os netos e seus descendentes vão continuar assim.

Porantim - *Como enfrentar os problemas que se acentuam com a herança genética?*

João Paulo Botelho - A condição para a sobrevivência das populações indígenas no Brasil é a manutenção da dieta tradicional, como feijão, batata-doce, milho e farinha de mandioca para engrossar a alimentação com fibras, que evitam o câncer de intestino e a engorda.

Tem a macaxeira, o cará, a abóbora, a fava e frutas como mamão, abacaxi, banana. E ainda uma lista de frutas locais, que são riquíssimas em vitaminas, em sais minerais, que eles estão abandonando o costume de comer. É necessário reforçar o cardápio com a criação de animais de pequeno porte, para suplementar a caça, quando vai se tornando deficitária, como a criação de galinhas. Com base nas experiências de campo das últimas décadas, acho que pouco do que foi feito em nível de projetos deu certo, seja gado, peixes ou outros.

O básico para eles terem saúde é terem suas roças orgânicas com os produtos tradicionais na alimentação diária. Por causa da genética, quando não mantêm as dietas tradicionais, acabam obesos e tendo o diabetes e as doenças degenerativas que o acompanham. Entre elas, as complicações vasculares como os infartos e mortes súbitas, as complicações renais e a perda da visão e da sensibilidade nervosa, que leva às amputações, são mais frequentes entre os índios. A dieta tradicional, com a manutenção das roças com alimentos básicos, é uma proteção contra essa bomba-relógio.

Porantim - *O senhor tem diversos estudos sobre a batata-doce. Quais os benefícios desse alimento, desenvolvido pelos indígenas, que ganha cada vez mais importância em diferentes dietas?*

João Paulo Botelho - Esse alimento abaixa o nível de açúcar do sangue e reduz o colesterol. Temos muitos trabalhos científicos provando que esse alimento representa proteção contra o infarto, o diabetes, a obesidade, a morte súbita, as vasculopatias, além de abaixar o mau colesterol e a glicemia. A batata-doce é rica em fibras, por isso sua absorção, pelo intestino, é mais lenta e traz saciedade. Rica em vitamina C, a batata-doce roxa contém muitos flavonoides, que têm pigmentos antocianinas e evitam a perda da memória e o Alzheimer. A *ypomoe* (batata Kayapó), que os japoneses estão vendendo no mundo inteiro, para tratamento complementar do diabetes, é mais um tipo de batata-doce. Temos de comer as batatas assadas, cozidas. As frituras têm gorduras trans, que comprometem o coração, dão arterosclerose. Comer errado está gerando epidemias de diabetes, de infartos. Outro alimento importante da lista de contribuições indígenas é a stévia, que tem diversos nomes comerciais. Os Guarani do Paraguai desenvolveram esse açúcar que não é absorvível e não engorda. ♦

“A genética também explica porque os brancos não miscigenados com índios são mais resistentes ao diabetes e às bebidas alcoólicas.”

TI Porquinhos: marco temporal impede reparação

Ao desconsiderar o massacre da aldeia Travessia, do povo Kanela Apãnjekra, e negar a correção de limites territoriais, baseando-se no marco temporal, decisão de parte do Supremo Tribunal Federal abriu grave precedente contra os povos indígenas

Renato Santana, Assessoria de Comunicação

A narrativa a seguir começa com um rio de sangue e se encerra na metade de 2009, com um processo no Supremo Tribunal Federal (STF) de anulação da Portaria Declaratória que corrige erros na demarcação da Terra Indígena (TI) Porquinhos, do povo Kanela Apãnjekra, no Maranhão. O marco temporal da narrativa é o massacre da aldeia Travessia, o cerne de toda a história que, de forma insistente, os Apãnjekra Kanela tentam levar aos ministros do STF, que querem usar a data da atual Constituição (1988) para limitar direitos. Por causa do massacre e dos vícios da primeira demarcação, em 1979, os indígenas não ocupavam, em 5 de outubro de 1988, a área revista no procedimento demarcatório, embargado pela 2ª Turma do STF sem ao menos ouvir os Apãnjekra Kanela.

E o dia desse massacre teve início com uma festa, no final da primeira metade do século XX, há quase setenta anos. Uns sujeitos já apossados de terras vizinhas à aldeia Travessia, então uma enorme comunidade com mais de mil indígenas, reuniram uns capangas e para a aldeia se dirigiram com bebidas, sanfoneiro e um plano genocida. Os Apãnjekra Kanela ainda não conheciam o tamanho da maldade do branco e os receberam com animação. Todos foram ao pátio principal da aldeia participar da generosa confraternização.

Beberam e festejaram sem perceber que os capangas iam recolhendo arcs, flechas e bordunas. Os homens Apãnjekra Kanela, entorpecidos pelo álcool, foram convidados a ir para um córrego próximo. Seria parte da diversão eles serem amarrados antes. “O branco dizia que era só pra brincar. Não tinha problema. Amarraram tudo os parente e depois foram os tangendo feito boi até o córrego”, conta Tipão Apãnjekra Kanela, filho de um dos homens que seriam assassinados friamente naquela noite.

Na beira do córrego tombaram, um a um, centenas de homens Apãnjekra Kanela. Teriam tido outra sorte caso apontassem quem era o cacique e deixassem a aldeia Travessia, mas se negaram; morreriam junto com seu líder. Um Apãnjekra Kanela sobreviveu, ao se fingir de morto. A história levada por ele às aldeias que serviram de refúgio aos Apãnjekra Kanela dá conta de uma imagem chocante: as águas do córrego corriam vermelhas e centenas de corpos espalhados entre uma margem e outra possibilitava atravessar as águas pisando neles, como se fossem pedras.

A ordem era para que nenhum homem Apãnjekra Kanela ficasse vivo; fosse criança ou velho. Os capangas então voltaram para a aldeia com o intuito de completar a matança. Conforme iam pegando os meninos e os estraçalhando com crueldade, as mulheres Apãnjekra Kanela

tentavam a todo custo esconder a genitália masculina e vestir os meninos com roupas típicas de meninas. Muitos escaparam, muitos morreram. “A mulherada puxava a pitoca dos meninos pra trás pra parecer mulher. Assim que a gente saiu vivo. Meu vô morreu nesse dia e assim é com todo Apãnjekra Kanela que teve família na Travessia”, explica Tipão.

Quando deram por encerrada a matança, os capangas expulsaram os Apãnjekra Kanela da aldeia e atearam fogo nas habitações, casas de farinha e toda estrutura que mantinha a aldeia pulsando em dezenas de ramos familiares. Os homens sobreviventes já tinham fugido, e os meninos seguiram com suas mães; rumaram para quase uma dezena de aldeias do grande povo Kanela, além de outros povos dessa região do Maranhão.

Terra Indígena Porquinhos

Uma parcela dessas famílias em êxodo se estabeleceu na aldeia Porquinhos, também Apãnjekra Kanela – distante 40 quilômetros da aldeia Travessia. Quase duas décadas se passaram, após o massacre, quando o Estado decidiu demarcar esse território. O Serviço de Proteção ao Índio (SPI) foi extinto no final da década de 1960, justamente por estar envolvido em massacres de indígenas, entre outras acusações. A Fundação Nacional do Índio (Funai), recém-criada sob a ditadura militar, iniciou a demarcação da Terra Indígena Porquinhos em 1977, encerrando o processo em 1979.

Na ocasião, os Apãnjekra Kanela reivindicavam um território de 301 mil hectares, que incluía em seus limites a aldeia Travessia – aliás, a mesma demanda apresentada pelos Apãnjekra Kanela à Funai na revisão iniciada no ano 2000. Por pressões vindas diretamente do governo militar, a terra indígena foi demarcada com apenas 79.520 hectares. A aldeia Travessia não foi incluída, mas o território seguiu incluído na vida dos Apãnjekra Kanela. O cotidiano da Terra Indígena Porquinhos seguiu imbuído das lembranças do massacre e a história pode ser ouvida em qualquer prosa com os anciãos ou com as primeiras e segundas gerações vindas depois.

Como afirma o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, professor e pesquisador do Museu Nacional, em recente Aula Pública na Cinelândia, no Rio de Janeiro, em evento do Abril Indígena, “pertencer à terra, em lugar de ser proprietário dela, é o que define o indígena. A terra é o corpo dos índios, os índios são parte do corpo da Terra. A relação entre terra e corpo é crucial. A separação entre a comunidade e a terra tem como sua face paralela, sua sombra, a separação entre as pessoas e seus corpos, é uma operação indispensável executada pelo Estado para criar populações administradas”.

“A ordem era para que nenhum homem Apãnjekra Kanela ficasse vivo; fosse criança ou velho. Conforme iam pegando os meninos e os estraçalhando com crueldade, as mulheres Apãnjekra Kanela tentavam a todo custo esconder a genitália masculina e vestir os meninos com roupas típicas de meninas. Muitos escaparam, muitos morreram”





O massacre ocorreu antes do rio ser assoreado pelo desmatamento das grandes fazendas: “As águas do córrego corriam vermelhas e centenas de corpos espalhados entre uma margem e outra possibilitavam atravessar as águas pisando neles, como se fossem pedras”

Seu Antônio Apãnjekra Kanela lembra que os avós e pais nasceram e se criaram na aldeia Travessia. Fala na língua e é traduzido pelo professor Nelivaldo Apãnjekra Kanela. Chegou menino na aldeia Porquinhos, fugindo do massacre. É um sobrevivente e pensa na sobrevivência dos Apãnjekra Kanela. “A gente nunca aceitou ficar longe da Travessia porque lá é parte da gente. *Mehin* (branco) não entende isso. Não sou fazendeiro de gado, de soja. Apãnjekra Kanela não quer ser dono, assim como *mehin* entende. Apãnjekra Kanela pede a terra porque ela é um pedaço da gente”, explica o ancião enquanto olha para os netos ao redor.

Aldeia Travessia

Os bisavós contaram a história da aldeia velha, a Travessia, que chega hoje para a geração que luta pela inclusão da área na Terra Indígena Porquinhos. “Morei nessa aldeia e ela é muito antiga do Apãnjekra Kanela. Bisavô contava história bem lá de trás, dos guerreiros e



da vida livre na mata. Cresci com *mehin* já chegando por perto. Pai, tios meu morreram tudo depois, nessa festa (massacre)”, diz Zico Apãnjekra Kanela. A idade avançada não o impede de lembrar de cada lugar da aldeia e encontrar os vestígios que restaram nela.

Ao lado do jovem Daniel Apãnjekra Kanela, Zico mostra onde ficava o pátio principal da aldeia onde os homens se reuniam no final da tarde para discutir as questões da comunidade. A prática até hoje é mantida e mais parece um ameno encontro de fim de tarde, não fossem os conteúdos mais sérios trazidos e debatidos com calma, sem tempo determinado ou até a lua já alta na escuridão da noite. O que parece apenas um pedaço de árvore morta, Zico demonstra na atual descampada aldeia Travessia ser as bases de sustentação do que foi uma habitação. “Acolá está outro, mais pro lado outro e outro”, mostra o ancião em passadas precisas. “Vê que forma uma casa”, conclui. “Mais ali, olha, aquela pedra: vê que forma um buraco certinho? Era pra pilar”, mostra.

Assim Zico e Daniel vão explorando a área da aldeia Travessia, hoje esse descampado utilizado apenas para a combustão dos incêndios que passaram a ser frequentes na região por conta das ações do *mehin*. A aldeia fica para dentro de um trecho de uma estrada de terra utilizada para o escoamento da soja produzida em fazendas incidentes no território reivindicado. “Era muito índio vivendo aqui que andava isso tudo e a reivindicação territorial de 1979, que governo não atendeu, é a mesma de agora. Queremos aquilo que consideramos parte do Apãnjekra Kanela”, afirma Daniel.

Em 2000 teve início o procedimento de revisão da demarcação pela Funai. Ao contrário do que de forma recorrente acusam fazendeiros e parlamentares ruralistas, essa medida administrativa não trata de ampliar territórios já demarcados. Significa incluir áreas tradicionais preteridas em procedimentos anteriores à Constituição de 1988, concluídos com vícios inerentes ao ambiente legal e político da época que impediram determinados povos, caso dos Apãnjekra Kanela, de terem o direito à terra efetivado. O direito territorial indígena passou a ser considerado originário com a Carta Cidadã: “Direito originário é um direito de sempre e no caso das terras independe de demarcação, que é o simples ato de dizer que a terra vai daqui até ali. O direito é a terra”, aponta o jurista Carlos Marés.

O processo do STF

O Ministério da Justiça publicou em 2007 o relatório circunstanciado da Terra Indígena Porquinhos atendendo à demanda territorial Apãnjekra Kanela de 301 mil hectares, incluindo a área da aldeia Travessia. Naquele mesmo ano os municípios de Fernando Falção, Barra do Corda, Formosa da Serra Negra e Grajaú entraram na Justiça, pedindo a suspensão do ato do Poder Executivo. Os prefeitos alegavam que a demarcação traria prejuízos econômicos e sociais para os municípios.

Em 21 de outubro de 2009 é assinada a Portaria Declaratória da terra indígena e, meses depois, os municípios impetraram no STF um Recurso Ordinário em Mando de Segurança, requerendo a mudança de decisão unânime dos desembargadores do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que indeferiu um pedido dos municípios de suspensão dos efeitos do ato administrativo de demarcação. Em setembro de 2014, a 2ª Turma do STF, então, atendeu aos municípios e anulou a Portaria Declaratória assinada pelo ministro da Justiça, utilizando o argumento do Marco Temporal: os Apãnjekra Kanela não estavam ocupando a área reivindicada (a aldeia Travessia) na data de promulgação da Constituição, 5 de outubro de 1988. O massacre e a demarcação viciada de 1979 desmontam essa tese, conforme defendem os indígenas.

Os desembargadores do STJ, que tiveram a decisão desconsiderada pela 2ª Turma do STF, não atenderam à demanda dos municípios baseados em argumentos legais: 1. O processo administrativo foi regularmente instaurado e processado, nos termos da legislação especial, garantindo defesa aos discordantes da demarcação; 2. A existência de propriedade, devidamente registrada, não inibe a Funai de investigar e demarcar terras indígenas; 3. Segundo o art. 231, §1º e 6º, da Constituição, pertencem aos índios as terras por eles tradicionalmente ocupadas, sendo nulos atos translativos de propriedade; 4. A ocupação da terra pelos índios transcende ao que se entende pela mera posse da terra, no conceito do direito civil. Deve-se apurar se a área a ser demarcada guarda ligação anímica com a comunidade indígena. Precedente do STF; 5. A pretensão deduzida pelos municípios impetrantes não encontra respaldo na documentação levada aos autos; 6. A Carta de 1988 permite concluir que o processo administrativo de demarcação de terra indígena que tenha sido levado a termo em data anterior à promulgação da Constituição vigente pode ser revisto.

A 2ª Turma do STF, conforme considera a defesa do povo Apãnjekra Kanela apresentada à ministra relatora Carmem Lúcia, contrariou decisões anteriores que versam sobre o mesmo tema. Além disso, os indígenas não foram ouvidos nos autos processuais - no ambiente do Direito chamado de citação como litisconsorte passivo necessário -, ou seja, os Apãnjekra Kanela são detentores de direitos subjetivos no pleito e, portanto, a comunidade precisaria ser citada, ou seja, ouvida. Mesmo com a decisão favorável aos indígenas, o STJ também não os citou. Os indígenas pedem agora à ministra relatora Carmem Lúcia a anulação de todos os atos do processo e a sua extinção sem resolução do mérito.

“Já são mais de 14 anos de estudos e trabalhos do Poder Executivo no intuito de rever atos viciados anteriores à CF/88, quando deixou de fora da demarcação, naco de território pertencente ao Povo Apãnjekra Kanela, o que, de forma alguma, pode ser desconsiderado pelo Judiciário e muito menos pode ser diminuído por particulares”, explica os autos de defesa dos indígenas à relatora, ministra Carmem Lúcia.

A tese do Marco Temporal causou indignação entre os indígenas, pois fere os princípios constitucionais do direito à terra conferido aos povos indígenas. “O que a gente quer é que os ministros nos ouçam: não estávamos na área da aldeia Travessia porque nos expulsaram nesse massacre, e depois o governo dos militares demarcou sem atender nossa reivindicação completa. Deixou de fora esse território que pra gente é parte do Apãnjekra Kanela. Queremos só isso”, conclui Daniel Apãnjekra Kanela. ♦

“Se for necessário, morreremos defendendo a nossa terra”

A segunda investida, este ano, contra as aldeias Pataxó da Terra Indígena Comexatiba, extremo sul da Bahia, não obteve sucesso. O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) suspendeu, no dia 17 de março, a reintegração de posse, determinada pela Justiça Federal de Teixeira de Freitas, que pretendia despejar seis aldeias localizadas no interior do Parque Nacional do Descobrimento (PND).

O pedido liminar da reintegração foi impetrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação Ambiental (ICMBio), órgão do governo federal responsável pelo PND. O parque, em 19% de sua área, e dezenas de fazendas se sobrepõem à terra indígena do povo Pataxó, identificada em 2015 pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Apesar de temporária, a suspensão do despejo foi comemorada.

Em carta às autoridades brasileiras, os Pataxó do Prado, como são conhecidos os habitantes da Terra Indígena Comexatiba, fazem um apelo. Leia abaixo, na íntegra:



Os Pataxó do Prado, que, desde tempos imemoriais, habitam o entorno do Monte Pascoal e convivem em harmonia com a Mata Atlântica, afirmam que resistirão a qualquer tentativa de tirá-los de seu território sagrado

CARTA DO POVO PATAXÓ DO PRADO ÀS AUTORIDADES BRASILEIRAS

Não sairemos de nosso território sagrado!

Nós, as aldeias indígenas Pataxó, originários e tradicionais do entorno do Monte Pascoal, às margens do rio Cahy, ponto de contato e primeira invasão portuguesa às nossas terras, informamos e solicitamos um socorro às autoridades competentes. Dizemos ainda que, se for necessário, morreremos defendendo a nossa terra. Escutem: para nos tirar dessa terra, tragam caixões porque só assim sairemos dela.

As aldeias da Terra Indígena Comexatiba, com relatório de identificação e delimitação da Funai publicado em 27 de julho de 2015, vêm sofrendo ações judiciais de despejo solicitadas pelo ICMBio, ou seja, pelo próprio governo federal. Nossa decisão é de resistir no território que, desde o século 16, é ocupado pelos povos que compõem a nação Pataxó. O ICMBio pretende nos tirar alegando que a Mata Atlântica precisa ser preservada. Dizemos: os Pataxó possuem melhores condições de preservar o que é parte da gente do que o ICMBio, o governo federal, que está atrelado a interesses do grande capital.

Há 516 anos estamos lutando contra a destruição de nosso povo. Neste período, o Estado brasileiro vem, de todas formas, tentando nos massacrar. Citamos o incêndio de 1951, programado pela própria polícia deste Estado que consideramos colonial e genocida. Hoje, em pleno século 21, os descendentes destes coronéis e imperadores da Coroa estrangeira vêm mais uma vez nos atacar com máximo poder de fogo e destruição.

Os Pataxó, desde tempos imemoriais, habitam o entorno do Monte Pascoal - convivendo em harmonia com a Mata Atlântica, que com seus rios desaguam em esplendor verde no oceano que também conhecemos em parte de sua imensidão. Sempre vivemos de agricultura de subsistência, pesca, caça e artesanatos de sementes. Domesticando plantas e desenvolvendo antídotos e a nossa medicina tradicional. A natureza sempre esteve equilibrada e viva na região.

A região hoje se encontra degradada, com 800 mil hectares de eucaliptos plantados e fazendas de gado e monocultivos. Tais impactos, somados ao uso indiscriminado de agrotóxicos, têm envenenado toda

a água que irriga o Parque Nacional do Descobrimento e todo o bioma da região, área que compõe a bacia hidrográfica dos rios Cahy e Corumbau. Contra isso, o ICMBio não se opõe. O povo Pataxó tem denunciado há anos tais crimes ambientais contra a Natureza Sagrada.

No ano de 1970, nossa família foi expulsa da terra indígena e da área que hoje compõe o Parque Nacional do Descobrimento. Na localidade, à época, foi instalada a multinacional madeireira Brasil-Holanda, a Bralanda. Essa madeireira devastou muito das matas nativas causando grande parte do desequilíbrio atual da região. A madeireira fez proposta de compra da localidade. Houve resistência dos indígenas. Pistoleiros passaram a atear fogo nas casas e a queimar as plantações. Na fuga, uma criança indígena morreu. Até o ano de 2003 vivemos à deriva no município de Prado.

Em 2003 voltamos para o nosso território. Nosso objetivo era garantir nosso direito de demarcação do território e proteger as matas, os animais. De lá para cá plantamos 20 mil árvores. Essa mata é o maior bem de nosso povo Pataxó do Prado. Retomamos nossa casa e passamos a viver uma batalha judicial covarde imposta pelo ICMBio, que não desenvolve nenhum trabalho de fiscalização. O instituto vira as costas para os animais e para a floresta. Os Pataxó não: vivemos com a floresta a tratando como igual, como vida necessária para a nossa existência.

O ICMBio vem deixando que os fazendeiros do entorno do Parque entrem na área preservada, devastem a floresta. Os plantios de monoculturas, a criação extensiva de gado, empresas que precisam de eucalipto e a mineradora Caulin estão acabando com o que restou de nossa Mata Atlântica, com a qual vivemos em harmonia. Estamos cercados por ações de reintegrações de posse e pelos interesses do capital, pelos interesses privados de uns poucos que colocam em risco a vida de muitos. Inclusive do nosso povo Pataxó. Uma grande carga de contaminantes vem sendo despejada na pureza desse bioma. A mineração prejudica os lençóis freáticos, seca a terra que deveria e deve ser farta. Vemos nascentes secar, rios desidratando. As cabeceiras estão secas. Um crime ambiental sem tamanho.

O conselho do parque, manipulado pelos interesses do agronegócio e pelo financiamento do capital, está comprado para silenciar tamanha degradação.

O ICMBio finge que não vê e tenta retaliar o povo Pataxó com ações de despejo. Para nós, é o governo federal que promove tanta desgraça, porque o ICMBio é um órgão do governo. Temos duas escolas estaduais indígenas dentro da terra indígena: Kijetxayê Zabelê, Tanara Pequi/Gurita (anexo Mucujê), onde, com a tirada violenta do despejo, perderemos o ato de produzir a nossa origem, cultura e tradição.

Observamos a degradação e omissão do Estado para com nós e nossa terra sagrada; escravizaram o nosso povo e executaram militarmente, nos marginalizando e ignorando. Implantaram a exploração dos recursos naturais, com multinacionais. Desconsideram que apenas a demarcação de nossa terra será capaz de garantir a preservação. Somos especialistas nessa Mata Atlântica, somos filhos dela, parte dela. Os Pataxó e esse bioma são um só. O governo federal não quer perceber que a devastação dessa porção de Mata Atlântica ocorreu de forma gradativa, durante o século 20, e conforme as expulsões do nosso povo de suas terras. Estudos mostram isso! A mata foi morrendo conforme foram nos expulsando dela.

Usam de diversos argumentos falsos e distorcem a realidade. Com isso, promovem um dos maiores desastres ecológicos e étnicos da história do povo Pataxó. Destruíram o verde que protegia o solo e hoje estão matando o solo, o ressecando com os eucaliptos, e, por fim, querem nos calar como se não tivéssemos direito algum, como se fôssemos bandidos, ladrões. Ninguém rouba o que é seu! A gente defende o que é nosso. A vegetação mantém a terra viva, e por ela também cuidamos e defendemos. A mata é o Pataxó, o Pataxó é a mata. Resistimos e cuidamos. Os animais nos conhecem, e eles também estão dispostos a resistir. Nosso destino é ser onça!

Informamos ainda que, se formos despejados, não teremos para onde ir. Decidimos não virar mendigos na cidade. Portanto, vamos permanecer em nossas matas sagradas, parte do que somos e do que é ser Pataxó. Essa decisão não será desfeita. Não recuaremos nenhum milímetro e reforçamos que, para nos tirar de lá, a polícia precisará levar caixões. Só nos matando é que será possível não permitir que nosso povo viva em suas terras.

Aldeia Alegria Nova, 17 de março de 2016

Tupã abriga Museu Índia Vanuíre

Com possibilidade de visita virtual, museu no interior de São Paulo foca na imagem real dos povos originários da região, como os Kaingang, que resistiram bravamente à espoliação de suas terras

Railda Herrero, Jornalista e Colaboradora

Tupã, cidade do oeste do estado de São Paulo, registrou, no início do século passado, um terrível massacre dos Kaingang. Mas tenta se redimir desse passado com atitudes concretas. Uma delas é reverenciar povos indígenas, que nomeiam quase todas as ruas da região central da cidade. A outra é abrigar um museu exemplar no resgate da real história local, com exposições interativas que contam com a participação dos povos originários da região.

Além das exposições permanentes e itinerantes, o Museu Índia Vanuíre promove debates, oficinas de artesanato, palestras, apresentações musicais e de dança. Promove ainda ações extramuros, levando exposições a outros museus e a instituições culturais e educacionais. As atividades visam a valorização das culturas originárias e a reflexão sobre a participação indígena na sociedade brasileira, além de tentar aproximar as comunidades de Tupã e região das culturas indígenas contemporâneas, principalmente dos habitantes das Terras Indígenas (TI) Vanuíre e Icatu, povos Kaingang, Krenak e Terena, e ainda Pankararu, Fulni-ô e Guarani. O Museu conta ainda com um Centro de Referência Kaingang, que auxilia pesquisadores sobre o assunto.

Resistência cultural

A exposição permanente Tupã Plural apresenta o município como um lugar de diversidade cultural. O visitante tem, em cinco módulos, uma visão das contribuições dos colonizadores e das culturas indígenas ancestrais e atuais na região. No primeiro módulo, ressalta-se as influências dos colonizadores vindos de oito países. Os demais módulos mergulham na diversidade cultural indígena.

O segundo módulo da exposição, denominado Aldeia Indígena Vanuíre, apresenta informações históricas sobre os Kaingang do planalto ocidental paulista. E sobre a incorporação dos Krenak, vindos de Minas Gerais, que, atualmente se identificam como *Borun*, essência do ser. Os *Borun do Watu*, conhecidos como os últimos sobreviventes da nação "Botocudo". Nesse módulo são resgatadas as histórias dos dois aldeamentos indígenas da região - Vanuíre e Icatu -, para abrigar os sobreviventes das epidemias e da "pacificação" de 1912, após os conflitos decorrentes do avanço da Companhia Paulista de Estradas de Ferro na região e da expansão do cultivo de café e da extração de madeira.



Brinquedos indígenas e ilustrações compõem o terceiro módulo da exposição permanente do Museu Índia Vanuíre, retratando parcialmente a diversidade étnica do país. A riqueza da plumária, com diferentes estilos estéticos, de 14 povos é apresentada no quarto módulo da exposição fixa. No quinto módulo, o público tem acesso à riqueza de artefatos cesteiros e tecidos de 21 povos indígenas.

Discutindo a "pacificação", após terríveis massacres, as exposições permanentes mostram a resistência cultural e o resgate das línguas Kaingang e Krenak. Em cada detalhe fica clara a intensa cooperação dos indígenas, propondo suas narrativas, em suas línguas originais, resgatadas depois de proibidas no século passado. Os vídeos evidenciam que o museu foi se transformando num local para construção das memórias dos povos que vivem na região. Com o resgate, todos ganharam: houve autoafirmação dos indígenas, que saíram do lugar apenas de vítimas, para protagonistas da cultura viva; e a população de Tupã e região passou a ter acesso a saberes antes velados.

A gerente do Museu Índia Vanuíre, Tamimi Rayes Borsatto, acentua que, nas ações em diferentes frentes, o Museu "busca sempre a construção de uma sociedade plural, respeitando as diferenças e as valorizando". Segundo Tamimi, as programações "direcionam os olhares para as comunidades que nos cercam e promovem o debate por meio da contribuição de pesquisadores e da expressão desses povos, dando voz e visibilidade aos indígenas". Como exemplo, destaca a Semana do Índio de Tupã, o Encontro Paulista Questões Indígenas e Museus e o Dia Internacional dos Povos Indígenas.

Para exemplificar que o trabalho extrapola os domínios físicos da instituição, Tamimi cita a parceria com a Terra Indígena Vanuíre, que resultou em três exposições, "sempre com a intenção de preservar os saberes pela visão deles". A mostra *Escola Estadual Indígena Índia Vanuíre - Oficinas de Alimentação e Armadilhas*, que apresen-

Em suas diferentes frentes, o Museu Índia Vanuíre "busca sempre a construção de uma sociedade plural, respeitando as diferenças e as valorizando"

tou o resultado do trabalho educativo realizado nesta escola, conta com fotografias de crianças indígenas da TI Vanuíre, produzindo alimentos tradicionais e armadilhas de caça. A exposição autonarrativa *Fortalecimento da Memória Tradicional Kaingang: de Geração em Geração*, teve como objetivo promover a tradição, o processo e as técnicas de confecção da cerâmica Kaingang, valorizando o conhecimento e os fazeres dos indígenas mais idosos e sábios. "Todos esses aspectos, materiais e imateriais, foram apresentados ao público através de uma mostra bilíngue (Kaingang e português) que conta com objetos, imagens fotográficas e vídeo", ressalta Tamimi Borsatto.

Visita virtual

Fundado em Tupã (SP), em 1966, o Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre pode ser conhecido por meio de imagens interativas em 360 graus: www.museuindivanuire.org.br. Passeando com o mouse, o visitante virtual entra nas diferentes salas e pode conhecer os cinco módulos da exposição permanente.

O Museu conta ainda com exposições itinerantes. Além delas, a exposição *Cores do Xingu*, com imagens produzidas pela fotógrafa Bárbara Avelino, provoca reflexão sobre a questão indígena no Brasil. Estas exposições estão disponíveis a empréstimos, através do Sistema Estadual de Museus (sisem@sp.gov.br)

Vanuíre: além da lenda

A Índia Vanuíre faz parte do imaginário da população da região, sendo considerada uma heroína, por intervir pela "pacificação indígena" no começo do século passado. De acordo com a lenda, durante os conflitos por causa da invasão das terras dos Kaingang da região, ela subia em um jequitibá de dez metros de altura, onde permanecia do nascer do dia ao cair da tarde entoando cânticos de paz. O museu respeita o simbolismo que envolve esta personagem, mas atua, crítica e historicamente, para desconstruir essa imagem e garantir a construção da imagem real dos povos da região, que resistiram bravamente à espoliação de suas terras. ♦

Assine o

PORANTIM
EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – depósito bancário:

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Banco Bradesco – Agência: 0606 – Conta Corrente: 144.473-5

Envie cópia do depósito por e-mail ou correios

adm.porantim@cimi.org.br

Ass. anual: R\$ 60
Ass. dois anos: R\$ 100
Ass. de apoio*: R\$ 80
América Latina: US\$ 50
Outros países: US\$ 70

* Com a assinatura de apoio você contribui para o envio do jornal a diversas comunidades indígenas do país

Dom Pedro Casaldáliga: “Ser o que se é”

Assessoria de Comunicação

Em 16 de fevereiro, Dom Pedro Casaldáliga completou 88 anos. Nascido em Balsareny, na província catalã de Barcelona, Pedro vive no Brasil desde 1968. Veio para o país para atuar como missionário em São Félix do Araguaia e, ao conhecer a realidade dos povos indígenas, passou a atuar na luta pelo reconhecimento de seus direitos, participando da fundação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) na década de 1970.

Ao longo de sua vida, Pedro optou pela luta ao lado dos povos oprimidos e excluídos e pela humildade, numa posição sempre crítica às hierarquias e aos privilégios. Simbolicamente, recusou o tradicional chapéu sacerdotal dos bispos, de mitra, ao qual preferiu um mais simples, de palha, e trocou o anel episcopal de ouro por outro de tucum.

Durante a ditadura civil militar, Pedro foi alvo de cinco processos de expulsão do Brasil e, em função de sua atuação em defesa dos excluídos, já sofreu diversas ameaças de morte. No processo de desintrusão da Terra Indígena Marãiwatsêdê, do povo Xavante, após ser continuamente ameaçado, ele teve que deixar sua casa.

Com 88 anos de idade, Pedro segue fiel a seus princípios, que ele mesmo sintetizou um dia: “Ser o que se é, falar o que se crê, crer no que se prega, viver o que se proclama até as últimas consequências”.

Leia, abaixo, poema do secretário adjunto do Cimi, **Gilberto Vieira dos Santos**, em homenagem a Dom Pedro Casaldáliga por ocasião de seu aniversário.

Pedro, Pedra e Dom

Querido Pedro, nestes mais de 40 anos em que bebes das águas deste Araguaia, Berohoky dos Iny, renovastes sempre e reafirmastes os compromissos assumidos naquela pequena capela, hoje cruzeiro que das margens do Araguaia observa as cheias e os baixios das águas.

Agora, na oitava primavera de seus oitenta, quantos Dons ainda nos traz, mesmo quando o “irmão” lhe impõe outro ritmo.

Sempre deixastes de lado o dom-título, que alguns fazem questão de manter como prenome, e se fez Dom real e vivo, muito para além destes títulos negados nas Catacumbas.

Em suas duas camisas, em seu par de “lambretas” rebatizadas pelo povo como “prelazias”, em seu anel episcopal do coco tucum, em sua mitra de palha e por seu báculo indígena, pastor que és, conduz uma Romaria de indignadas e de indignados. Estas e estes, que seguindo seus passos buscam os passos do Cristo, se sentem abençoados pelo Dom que é Pedro e aspiramos também sermos dons para os mesmos povos pelos quais optastes.

Awire, Aoxekato, Hepani

Obrigado,
Giba

Aos 88 anos, Dom Pedro é referência e inspiração para todos que optam pela luta ao lado dos povos oprimidos e excluídos

Organizações criticam veto de Dilma a projeto que fortalece línguas indígenas

Organizações indígenas e indigenistas têm manifestado indignação com o veto da presidenta Dilma Rousseff ao Projeto de Lei (PL) 5.954-C/2013, de autoria do senador Cristovam Buarque, que visa assegurar às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas na educação básica, na educação profissional e na educação superior, bem como processos próprios de aprendizagem e de avaliação que respeitem suas particularidades culturais.

O projeto, que poderia concretizar direitos já assegurados aos povos indígenas na Constituição de 1988, foi vetado pela Presidência sob a justificativa de “contrariar o interesse público”.

Na mensagem de número 600, emitida pela Casa Civil no dia 29 de dezembro de 2015, o governo afirma que “apesar do mérito da proposta, o dispositivo incluiria, por um lado, obrigação demasiadamente ampla e de difícil implementação por conta da grande variedade de comunidades e línguas indígenas no Brasil”.

Em nota, a Rede de Cooperação Amazônica (RCA), que é constituída por treze organizações indígenas e apoiadoras dos povos indígenas, afirmou que a mensagem presidencial “explicita posição governamental que considera a diversidade cultural e linguística indígena como um problema e não uma riqueza para o nosso país, em franco desacordo com o que estabelece nossa Constituição Federal”.

Projeto colonialista

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) também se manifestou, em nota, repudiando o veto da presidenta Dilma. A entidade, que pediu a anulação do veto presidencial ao PL 5.954-C, questiona as justificativas apresentadas pelo governo para a decisão de barrar o projeto.

“É de se questionar quais interesses e qual público são contrariados com a presença das línguas indígenas nas instituições de ensino, pois todos teriam a ganhar com isso, uma vez que cada língua indígena encerra uma forma única de se conceber e pensar o mundo. Do mesmo modo, questionamos a impossibilidade de se incorporar as particularidades de cada sociedade indígena nos processos de avaliação educacional, a não ser que o objetivo seja a implantação de uma educação homogeneizadora que visa apagar a diversidade constituída pelas formas próprias de educação de cada povo indígena”, afirma a nota.

Em entrevista ao Instituto Socioambiental (ISA), a antropóloga e linguista Bruna Franchetto, do Museu Nacional da Universidade Federal



Cada língua indígena encerra uma forma única de se conceber e pensar o mundo

A RCA também afirma que, após o veto a um projeto que poderia fortalecer a educação escolar diferenciada e valorizar as línguas e os conhecimentos tradicionais dos povos indígenas, conforme garante a Constituição, cabe agora ao governo federal apresentar novo projeto de lei que atenda à demanda indígena por melhorias na legislação e nas políticas públicas.

O Instituto Latino-Americano de Artes Cultura e História (ILAACH) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) também se manifestou contra o veto de Dilma, classificando-o como um “desrespeito total” às conquistas dos povos indígenas a uma educação escolar específica e diferenciada.

“A Casa Civil demonstra preocupação com a quantidade de povos indígenas existentes no Brasil, como se a diversidade cultural e linguística fosse prejudicial ao erário público. Talvez seja esse um dos motivos que levou a Casa Civil a paralisar a demarcação das Terras Indígenas”, afirma a nota divulgada pela Unila. “Essa atitude é uma demonstração de um gigantesco retrocesso no que tange ao avanço para um país multicultural e plurilíngue.”

do Rio de Janeiro, afirmou: “O veto vem para dar o golpe fatal a uma educação já limitada e frágil. A diversidade é uma riqueza, mas não o é para os lacaios do desenvolvimentismo. Não há nenhuma política linguística explícita, adequada e coerente no Brasil. Os cursos de formação de professores indígenas, que proliferam no Brasil, ou ignoram completamente a existência das línguas indígenas ou as tratam com displicência e profunda ignorância.”

Ainda em janeiro, estudantes do Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT), da Universidade de Brasília (UnB), também se manifestaram contra o veto de Dilma. Outras organizações que repudiaram o veto presidencial foram: a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), a Associação de Professores Indígenas do Rio Negro (Apiarn), a Comissão dos Professores Indígenas do Alto Rio Negro (Copiarn), os Coordenadores das Escolas Indígenas do Alto Rio Negro e os Assessores Pedagógicos Indígenas (API). ♦

De nove empresas interessadas na construção de São Luiz do Tapajós, oito são investigadas na Lava Jato

Assessoria de Comunicação do MPF/PA

Os projetos do governo para barragens na bacia do Tapajós mobilizaram a cidade de Santarém, no oeste do Pará, durante mais de seis horas de audiência pública realizada no dia 29 de janeiro na sede da Associação Comercial da cidade. Promovida pelo Ministério Público Federal (MPF), a audiência atraiu mais de 500 pessoas para ouvir pesquisadores, lideranças indígenas, procuradores da República e lideranças ribeirinhas que trataram dos inúmeros riscos e falhas dos projetos, que impactam com gravidade um dos corredores ecológicos mais importantes da Amazônia e também uma das áreas de ocupação humana mais antiga, milenar, na região.

Era tanta gente que logo no começo um grupo que não conseguiu entrar no auditório provocou um pequeno tumulto na tentativa de cancelar ou mudar a audiência de local. Mesmo assim, com atraso de cerca de uma hora, os debates transcorreram normalmente. Foram convidados representantes de vários órgãos do governo envolvidos nos projetos de barragens, mas ninguém compareceu. “De nove empresas interessadas na construção de São Luiz do Tapajós, oito são empreiteiras investigadas na operação Lava Jato”, disse o procurador Camões Boaventura ao iniciar sua explanação sobre as irregularidades até agora encontradas pelo MPF nos projetos de barragens no Tapajós.

Ao todo, são 43 barragens de vários tamanhos, projetadas pelo governo para o Tapajós e seus três afluentes, Teles Pires, Juruena e Jamaxim. Algumas, no Teles Pires e no Juruena, já estão em



Mulheres Munduruku manifestam-se contra a construção da hidrelétrica São Luiz do Tapajós que, se construída, alagará sua terra ancestral sagrada

construção. No Tapajós, o governo anunciou que vai licenciar ainda em 2016 a usina de São Luiz do Tapajós, que alaga uma terra indígena Munduruku e algumas comunidades ribeirinhas. O projeto já enfrenta pelo menos quatro processos judiciais. Um deles, por não ter respeitado o direito de consulta prévia, previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), já tem decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que obriga o governo a fazer a consulta. Mesmo tendo anunciado o licenciamento para os próximos meses, o governo não tomou nenhuma providência para consultar os povos afetados. ♦

Agrotóxico simboliza a imposição de uma cultura única

Assessoria de Comunicação

Após a realização do Primeiro Encontro sobre Agrotóxicos e seus impactos sobre as populações tradicionais do Médio Araguaia, entre os dias 18 e 20 dezembro na cidade de Porto Alegre do Norte (MT), povos e comunidades participantes do evento divulgaram um comunicado denunciando os danos que a monocultura e o uso de agrotóxicos têm causado às populações tradicionais da região e exigindo ações dos poderes públicos.

O encontro contou com a participação de quilombolas, retireiros, pescadores e dos povos indígenas Ápaniekra (Kanela), Apyãwa (Tapirapé), A'uweUptabi (Xavante) e Iny (Karajá) e com o apoio do Regional Mato Grosso do Conselho Indigenista Missionário (Cimi-MT), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Prelazia de São Félix e do Fundo de Solidariedade da Conferência Nacional dos Bispos (CNBB).

No documento divulgado após o encontro, as populações tradicionais do Médio Araguaia afirmam que são movidas pelos “sentimentos mais profundos de amor ao próximo e à vida, até porque o ar e a água poluídos não só matam e adoecem nossos filhos e familiares, mas também os filhos e demais familiares daqueles que pensam e agem movidos pelo imediatismo e pensando, sobretudo, em suas contas bancárias”.

Os povos e as comunidades presentes no encontro abordam as inúmeras situações em que o uso de agrotóxicos pelas monoculturas da região afeta suas vidas, culturas, produções e formas de ser e se relacionar com a vida e a natureza.

O comunicado enfatiza os problemas de saúde que têm sido causados pelo uso de agrotóxicos. Sete casos de aborto ocorridos em uma única semana de 2015 no município de Canabrava do Norte (MT) são citados como exemplo de possível influência dos agrotóxicos na região. “Sabemos disso porque sentimos na pele seus efeitos práticos”, afirma o comunicado, que convida as pessoas a visitarem os postos de saúde e hospitais da região em datas que ocorram a pulverização de veneno, para conferir os problemas causados pelos agrotóxicos.

Além de afetar a saúde e o modo de produção das comunidades tradicionais, a pulverização dos agrotóxicos afeta suas formas de vida. “Nossa região abriga, ainda, muitas comunidades ribeirinhas, camponesas e quilombolas com suas culturas que precisam ser apoiadas porque mostram a maior riqueza que o ser humano pode criar: suas diferentes maneiras de ser, pensar,



Em encontro no Araguaia, povos indígenas e comunidades tradicionais denunciam os severos impactos da monocultura e do uso de agrotóxicos

agir e crer, seus diferentes modos de comer, curar-se e de habitar. Tudo isso vem sendo ameaçado por uma visão unilateral e que se quer única do que seja o progresso humano. São monocultores no sentido mais forte que essa palavra pode ter: só acreditam numa cultura única”.

Os povos e as populações tradicionais do Médio Araguaia apresentam, ao fim do documento, uma série de reivindicações aos poderes públicos para reverter os graves danos causados pelo abuso dos agrotóxicos na região, aliados ainda ao preconceito e à violência contra estas populações.

Entre as reivindicações está a de criação de um Gabinete de Crise pelos governos estadual e federal para investigar as ameaças a lideranças de camponeses, indígenas e defensores dos direitos humanos na região.

Os povos pedem também a investigação dos impactos dos agrotóxicos na saúde das pessoas e no ambiente da região, a revisão da legislação brasileira e a cessação imediata do uso de agrotóxicos proibidos em outros países, além da proteção do ambiente, do rio Araguaia e seus afluentes, dos territórios e das populações tradicionais da região.

“Queremos progresso, sim, mas com o Araguaia e não contra o Araguaia, com o Cerrado e não contra o Cerrado, com as matas e não contra as matas, com ar e água puros”. ♦

Pauta Indígena

11/1

• A política indigenista do governo federal em 2015: um imenso vazio

12/1

• Waimiri Atroari não autorizam linhão de Tucuruí em suas terras
 • Nota de repúdio ao veto presidencial referente ao PL nº 5.954-C de 2013

20/1

• Povo Kreepyn-Katejê teme ficar sem acesso à água potável na TI Geralda/Toco Preto, no Maranhão

21/1

• Comissão de Direitos Humanos alerta sobre violência contra índios no Mato Grosso do Sul

22/1

• Tribunal anula sentença e demarcação da Terra Indígena Maró pode prosseguir
 • Cimi protocola denúncias contra ataques químicos em Tey'i Juçu e intimidações aos Kanela do Araguaia

25/1

• “Nossa sobrevivência física e cultural está ameaçada”, afirmam povos indígenas no FST 2016

26/1

• Coipam reivindica atuação da Funai para evitar conflito no Vale do Javari
 • Ação pede que Estado brasileiro seja responsabilizado por graves violações de direitos humanos dos Krenak

28/1

• Povo Xakriabá enfrenta preconceito para garantir atendimento básico à saúde em Itacarambi (MG)

1/2

• Justiça Federal suspende CPI do Cimi alegando inexistência de conflito federativo em investigação

2/2

• Aldeia Kaiowá foi carbonizada, conflito é iminente e polícia ainda não foi à área, afirma Funai

4/2

• Conselho Nacional de Direitos Humanos vai acompanhar situação de povos indígenas da região Sul

10/2

• “Queremos ver a Casa Comum cuidada de modo corresponsável”, diz presidente da CNBB

15/2

• Via Campesina: caminhos e lutas no campo
 • Guarani-Mbya denunciam envenenamento de córrego por agrotóxicos em Capivari do Sul (RS)

19/2

• Presidente da CNBB Nordeste 5 pede providências para garantir segurança do povo Gamela

22/2

• Pataxó e Tupinambá em Brasília: continuando a luta
 • STF suspende reintegração de posse anunciada para esta segunda em Tajuçu Iguá
 • Indígenas realizam 1ª Marcha pela Educação Escolar Indígena no Amazonas

25/2

• Apib classifica governo Dilma como anti-indígena e denuncia desmonte da Funai
 • Povos indígenas do Brasil: situação cada vez pior

26/2

• Funai e Inca em situação de abandono

29/2

• No Pará, MPF recomenda transferência de escola indígena por causa de racismo

Em São Paulo, Cecis priorizam o modo Guarani de ser

Para minimizar os desafios decorrentes da falta de condições de vida, três espaços culturais fundamentados na tradição Guarani Mbyá - os Centros de Educação e Cultura Indígenas (Cecis) - foram criados na maior metrópole brasileira. Após doze anos de existência, os protagonistas avaliam o programa.

Railda Herrero, Jornalista e Colaboradora

Espremidas na franja da maior cidade do país, as aldeias dos Guarani Mbyá em São Paulo contam com três alentos culturais importantes: os Cecis. Nestes Centros de Educação e Cultura Indígenas as crianças aprendem a viver de acordo com o *Nhandereco* (ou *Nhanderu Reko* = modo de ser Guarani) enquanto a falta de demarcação e da ampliação de suas terras indígenas as impedem de viver totalmente conforme seus costumes e tradições.

Os Cecis foram inaugurados em 2004, a partir de reivindicações das lideranças indígenas. São mantidos pela prefeitura de São Paulo e atendem a pelo menos 300 crianças de zero a seis anos. As atividades são conduzidas na língua materna, por educadores indígenas da própria aldeia.

Os Cecis estão localizados em três aldeias dos Guarani Mbyá: Krukutu e Tenondé Porã, em Parelheiros, no extremo sul do município, e no Tekoá Pyay, na zona norte, aos pés do Pico do Jaraguá. O projeto arquitetônico dos complexos foi desenvolvido com as lideranças, consideradas as condições sociais e culturais de cada aldeia. As três unidades contam com centros de educação infantil, salas de aula, de informática, de comunicação, e ainda biblioteca e um auditório.

Nos Cecis o convívio social é intenso. Os irmãos mais velhos podem acompanhar os mais novos e os bebês são acompanhados por suas mães. O calendário escolar, os horários e a organização dos Cecis são diferenciados, de acordo com os ciclos da natureza, e a base sempre vem dos ensinamentos dos mais velhos, os sábios da comunidade. A Secretaria Municipal da Educação faz o acompanhamento pedagógico.

Ceci Krukutu

Olívio Jekupé, presidente da Associação Guarani Nhe' É Porã (Alma Viva), escritor com 15 livros de literatura nativa, "por enquanto", conforme diz, vive na Aldeia Krukutu, na Terra Indígena (TI) Tenondé Porã. Ele conta como nasceu a proposta dos Cecis. No ano 2000, sonhando com um centro cultural na aldeia, resolveram pedir a um engenheiro um projeto onde pudessem desenvolver atividades culturais com as crianças. Mas os custos estimados eram quatro vezes superiores aos recursos da associação e o sonho foi adiado até a Secretaria Municipal de Educação apadrinhar a ideia, ouvir a comunidade e tirar o projeto do papel. "Eu, como um dos idealizadores desse projeto, fico contente, porque a gente sabe que se não fosse ele, as três aldeias de São Paulo estariam passando muitas dificuldades", afirma Olívio. "Agora, sonho que os Cecis possam crescer cada vez mais".

Olívio avalia que os Cecis trouxeram relevantes melhorias, entre elas, a geração de renda, necessária diante da falta de alternativas nas pequenas áreas dos Guarani Mbyá. Todos os funcionários são da própria



Aspectos importantes da cultura e dos costumes diferenciados dos Guarani Mbyá são ensinados diariamente às crianças

aldeia, incluindo cozinheiras, vigilantes, faxineiros, educadores. "A construção do Ceci foi a melhor coisa que aconteceu", afirma.

"Vemos os monitores ensinando a cultura diariamente. Pra nós é muito importante trabalhar a questão da cultura. As crianças brincam, chegam no Ceci do jeito que querem, não há proibição de nada", diz ele, em contraposição às crianças nas pré-escolas comuns, onde há burocracias, regras e têm de ter uniforme. "A criança Guarani gosta muito de brincar. Uma escuta a outra chegar, e vai chegando também." Participam ativamente do Ceci Krukutu 50 crianças, com uma rotina cultural intensa, onde se inclui café completo de manhã e almoço com arroz, feijão, carne e alimentos dos Guarani. Após o almoço, vivenciam as atividades, que incluem andar nas trilhas, conhecer remédios, fazer armadilhas, nadar na represa, brincar, jogar bola, fazer desenhos...

Olívio relembra: "A gente começou com os mais velhos, mas agora temos muitos jovens nos Cecis, são os que escapam dos apelos das tecnologias e fortalecem a cultura. O que eles aprenderam, vão ensinar pras crianças." A associação Nhe' É Porã, além de acompanhar a situação da aldeia, atende a grupos ou escolares que visitam a aldeia Krukutu, para ver apresentações de canto e dança Guarani ou comprar artesanatos.

O cacique Fábio da Costa Ramos, da Aldeia

Krukutu, explica que a TI Tenondé Porã tem apenas 26 hectares regularizados, da área total de 20 mil hectares que reivindicam. Das seis aldeias nessa região de Parelheiros, a Krukutu, com 42 famílias, é a mais cercada pela Mata Atlântica, que marca essa região na divisa com a Serra do Mar, onde há outras aldeias Guarani, já no litoral. Ele se queixa que a terra é pobre em nutrientes. "Plantamos as coisas, mas não vão". Agora, estão plantando árvores

frutíferas, utilizando adubo orgânico, de acordo com a tradição guarani, mas não dá pra dispensar o calcário. Espalham-se pela aldeia as bananeiras, os pés de ameixa, amora, abacate, abacaxi, laranja, mexerica, goiaba, limão, milho e mandioca. Mas, insuficientes para garantir o sustento de todos, a ajuda dos programas sociais do governo ainda é necessária.

Nesse quadro, a alimentação garantida pelo Ceci é fundamental, reconhece o cacique. "O Ceci é importante pra estar preservando a cultura, promovendo brincadeiras, a parte cultural. Mas o almoço, o café da manhã e da tarde ajudam a combater a desnutrição, que hoje não é grande, mas já foi muito, muito grande". Nessa terra indígena, segundo relatos dos moradores, entre 2003 e 2004, chegou a trinta a média de crianças mortas em decorrência da desnutrição, aliada à falta de atendimento médico. O quadro mudou: no ano passado nenhuma morte de criança foi registrada. Para Fábio, os Cecis e a construção de uma Unidade Básica de Saúde (UBS), administrada pela prefeitura, respondem pela queda dos níveis de desnutrição e de mortalidade.

"Queremos nossa cultura"

O líder espiritual, pajé/Xamöi, Aparício Nhandeva cuida da faxina no Ceci Krukutu. Fora do expediente, faz o trabalho de pajelança, o serviço espiritual, e conduz as cerimônias de reza todos os dias, que "as crianças têm o direito de conhecer". Ele avalia que o Ceci "é um trabalho que a gente vê que tem uma mudança muito grande. Isso porque "nas escolas eles não ensinam como deveria ser. O governo quer a modernidade, e nós, que somos índios, queremos nossos costumes, a nossa cultura". O pajé avalia que os Cecis precisam avançar mais ainda, pois "ele ensina essa cultura diferenciada, mas ainda não chegou onde eu quero".

Kerexu Mirim, professora na Escola Estadual Indígena na Aldeia Krukutu há dois anos, considera que "os Cecis são muito importantes pras duas áreas na cidade, pois está fortalecendo a cultura. As crianças aprendem desde cedo como andar na aldeia, na mata, conhecer os objetos, projetinhos de intercâmbio, os materiais que a gente traz de outras aldeias porque, às vezes, na nossa



não tem, que é muito bom". Na escola onde dá aulas avalia que "o maior problema é conhecer a cultura dos *jurua* (não indígenas) pra ensinar às crianças as diferenças entre as duas culturas. É difícil explicar pras crianças porque é diferente". Na escola do Estado a gente tenta mostrar o mundo lá fora, mas com a linguagem daqui".

Manoel da Silva Verá, ou Manequinho, um dos fundadores da Aldeia Krukutu, na década de 1970, avalia que a "situação da comunidade deu uma melhora com o Ceci. Antes dele, conseguimos a escola estadual. O Ceci trouxe a parte do artesanato, conversar entre si, a comunidade fica mais junto com as crianças, uma visão também para ensinar elas a falar melhor com o mundo".

O coordenador do Ceci Krukutu, Tupã de Oliveira Paulo, é também vice-cacique. Cuida da administração do Centro de Educação e Cultura Indígena e da defesa da cultura, "que é a base de tudo pra nós, dos ensinamentos, pra passar os saberes dos Guarani pras crianças do jeito mais fácil, pra que não se perca a cultura". Explica que tem ainda a função de "orientar os educadores, como fazer as aulas e mostrar pras crianças a importância de seu *Nhandereco*, que é a sua cultura, seu modo de viver".

Tupã diz que as crianças gostam muito do Ceci. "A gente mostra e ensina pras crianças que é importante pra eles saberem também que temos artesanatos, que é importante também pra seu próprio manifesto cultural. Cada artesanato também é diferente, cada um faz de um jeito. Elas precisam, muitas vezes, dos mais grandinhos pra estar mostrando como se faz o *adjacá* (cestinho), por exemplo".

O saber dos mais idosos é valorizado na cultura Guarani e tem espaço garantido nos Cecis. "Aqui, a gente ensina também os saberes dos mais velhos, passando pros mais jovens, a gente tem que traduzir o mais claro possível pras crianças. E também tem forma de orientação pras mães, integração das mães, dos filhos, orienta também as famílias, porque com a influência do homem branco, cada vez fica mais difícil ter a sua cultura cotidiana, porque acaba indo pro segundo plano, porque as tecnologias estão chegando muito rápido. Todas as coisas influenciam muito, né, porque, às vezes, não querem comer a comida típica, preferindo o salgadinho, a bolacha... E a gente tem que sempre estar conversando com as crianças".

Nos Cecis são feitas comidas típicas, como o *mbojapé*. Há integração entre a merenda e a questão cultural, conforme Tupã explica: "As cozinheiras fazem a comida de acordo com o tema que a gente escolhe, o tema da casa de reza. Vai ter um canto e dança, então faz uma comida sagrada, que fortalece o espírito. Antes fazem a dança, depois comem. Fazem ainda mandioca assada, batata assada, e vamos mostrando pras crianças que essa comida é rica pra elas".

“O Ceci é um centro de atividades, pra planejar, fazer intercâmbio, que é bom pra cultura. O objetivo dos três Cecis é o mesmo: passar o *Nhandereco* (modo de ser Guarani) pras crianças e pros mais jovens, porque hoje em dia tá tudo mais difícil. Mas a situação dos três Cecis é diferente. No Tenondé tem mais gente. No Jaraguá, a cidade está bem próxima e estão num canto pequeno, que pega muita influência do *jurua* (não índio). Aqui, na Aldeia Krukutu, é mais tranquilo”

Tupã de Oliveira Paulo

Ceci Tenondé Porã

A Tenondé Porã é a mais populosa das seis aldeias dessa TI, com um total de 180 famílias na região de Parelheiros, e conta com espaços diminutos para o plantio. Sem espaço suficiente para plantar, impedidos de caçar na mata e de colher material para fazer artesanato, o Centro de Educação e Cultura Indígena tornou-se um espaço fundamental. O coordenador educacional do Ceci da Aldeia Tenondé Porã, Adriano Veríssimo Lima, diz que eles preferiam viver como antigamente, sem precisar de um espaço para ajudar no ensinamento tradicional, mas aprendendo no cotidiano. "Antigamente o menino aprendia com o pai e a menina aprendia com a mãe. Hoje estamos restritos a esse centro de educação. Isso não quer dizer que a educação no núcleo da família tenha acabado, mas o Ceci ajuda muito na manutenção da cultura e da tradição, ao mesmo tempo em que não fecha os olhos para o sociedade não indígena".

No Ceci Tenondé Porã cada atividade tem um lugar específico. Canto e dança geralmente ocorrem na *Opy* (Casa de Reza). Nas aulas de educação ambiental, de "conhecer o mato", as crianças percorrem as trilhas ou vão para a represa. As brincadeiras tradicionais são feitas no campo de futebol ou no centro cultural. Há atividades específicas sobre plantações, para conhecer as épocas corretas do plantio, da produção do artesanato, de fazer armadilhas. E também para aprender qual a época que pode caçar ou não. "Como a nossa aldeia fica numa metrópole, São Paulo, e como a nossa área é bem reduzida, não tem como ser da forma tradicional", lamenta Adriano.

O educador avalia que, com o Ceci, já houve muita melhoria na educação, "mas falta muita coisa pra melhorar ainda mais. Falta atender nossas demandas, como a formação de professores e atender à legislação

que garante a educação diferenciada... Ainda não está do jeito que queremos". Apesar disso, para ele, o trabalho feito nos Cecis, "com certeza", tem dado bons resultados. E exemplifica: "As crianças estão mais atentas aos ensinamentos, à cultura, mais interessadas do que os jovens de 13, 14 anos".

Diante das dificuldades de subsistência, o coordenador ressalta a importância do Ceci local também na redução da desnutrição infantil. "É a alimentação próxima do ideal que a gente quer. Tem alimentos orgânicos e não industrializados, aí acho que equilibra um pouco a alimentação das crianças".



Ceci Jaraguá

Ceci Jaraguá

O Ceci Jaraguá é um dos três espaços de vivência e aprendizagem da cultura Guarani Mbyá para as crianças. Está localizado na menor terra indígena do país, no norte da cidade, aos pés do Pico do Jaraguá, onde há três aldeias, com quase 900 pessoas, distribuídas em uma área menor do que dois campos de futebol. Sem alternativas para plantar, caçar e viver de acordo com a cultura, os Guarani Mbyá esperam a regularização da área total de 532 hectares da TI Jaraguá, já demarcados. Num quadro de penúria, o Centro de Educação e Cultura Indígena é espaço de vivência fundamental e garantia de alimentação saudável para as crianças pequenas.

Willians Macena coordena o Ceci Jaraguá há um ano. Para ele, com a garantia da educação diferenciada, houve fortalecimento da cultura e da língua. "O espaço é importante para desenvolver o conhecimento e para passar pras crianças", afirma, ressaltando que a avaliação positiva é feita por toda a comunidade, ao acompanhar os resultados obtidos no ensino da cultura e língua Guarani. "No Ceci, está tudo certo em relação à questão cultural, em relação à transmissão dos conhecimentos da cultura, dos mais velhos e dos novos conhecimentos", afirma Willians. Ele se queixa que o maior problema ainda é enfrentar a burocracia, mas "já melhorou 80%". Há poucos meses, os três Cecis enfrentaram dificuldades com o grupo gestor contratado pela prefeitura para administrar o projeto.

Contando com educadores, merendeiras e equipe de manutenção, o projeto inclui vinte profissionais da própria comunidade. O educador Ivandro Martins é um deles. "A gente ensina nossas crianças na prática, onde eles conhecem essa visão Guarani, de respeitar a floresta, de respeitar a terra, respeitar tudo o que existe", resume Ivandro.

Willians Macena destaca que uma das importantes vitórias foi assegurar a alimentação tradicional. Ao lado da construção principal do Ceci há uma cozinha aberta. No local, três vezes por semana as crianças aprendem, participando do preparo de algumas das centenas de receitas tradicionais, usando milho, amendoim, macaxeira, batata-doce, fubá, canjica, feijão, mandioca.

Desse modo, os alimentos enlatados vão perdendo a vez, com a firme voz da comunidade organizada em defesa de alimentos não processados e orgânicos. Nas escolas indígenas mantidas pelo governo estadual em São Paulo, a realidade é outra e há queixas recorrentes contra os alimentos enlatados. ♦

Ceci Tenondé Porã



A reconquista de Rio das Cobras pelos Guarani

Benedito Prezia, *Historiador*

A extinção do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), órgão criado pelo Marechal Rondon, ocorreu em 1967 por causa da corrupção e da falta de preparo de seus funcionários. No entanto, quase nada foi alterado na situação dos povos indígenas no Brasil. A Fundação Nacional do Índio (Funai) substituiu o SPI, mantendo o modelo de desrespeito a esses povos e de dilapidação do seu patrimônio. Desde 1964 o Brasil vivia uma ditadura militar, que priorizava os grandes projetos – rodovias, hidrelétricas, indústria automobilística, agricultura de exportação – às custas da classe trabalhadora, beneficiando a classe dominante. Sem liberdade política, nem de imprensa, havia muitos abusos, com muita repressão a quem discordasse do governo. E as prioridades do capitalismo tinham de ser respeitadas: “Meia dúzia de índios não pode atrapalhar o progresso do Brasil”, é o que se dizia na época.

O Paraná mantinha extensas áreas de pinhais, onde conviviam Kaingang e Guarani. Os Guarani Nhandeva, ou Avá Guarani, sempre viveram no oeste deste estado. Tinham resistido a várias ocupações ao longo da história, como as missões jesuíticas, os espanhóis, os bandeirantes e os tropeiros. E enfrentavam um novo inimigo: os madeireiros. Sem território, aceitaram viver numa terra demarcada para os Kaingang, Rio das Cobras, no município de Laranjeiras do Sul, na região de Cascavel.

A madeira, principalmente o pinheiro, estava se tornando importante mercadoria, e as áreas indígenas mantinham as grandes reservas florestais. Seguindo o modelo desenvolvimentista da época, o governo paranaense apoiava os madeireiros. Por isso, a empresa Piasentin ocupou uma parte da reserva, subornando o chefe de Posto da Funai. Pequenos agricultores, pagando algum dinheiro, também conseguiram um pedaço de terra, como ocorreu em junho de 1977, quando setenta famílias se instalaram ao redor do núcleo Guarani.

O pinheiro sempre foi uma árvore indispensável à sobrevivência dos Kaingang. No entanto, o dinheiro e a pressão de grupos poderosos fizeram algumas famílias de Rio das Cobras aceitar a construção de uma estrada para escoar a produção do milho do grupo Marochi. Em julho de 1977, mais de trezentas árvores tinham sido cortadas. A derrubada só não era maior porque os Guarani “viviavam abraçados aos pinheiros”, conforme denunciava um documento do Regional Sul do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que, na época, estava se organizando na região¹.

Para facilitar o escoamento dos pinheiros, o empresário Piasentin pretendia abrir uma estrada. Além de cruzar a aldeia Guarani, passaria por cima da casa do cacique Valdomiro, que começava a liderar um movimento de resistência ao desmatamento.

Os colonos, querendo se passar por devotos católicos, propuseram ao vigário de Laranjeira do Sul construir uma igreja na área Guarani. Mas o padre não aceitou.

Subornado pelos madeireiros, o chefe do Posto da Funai buscava uma maneira de expulsar Valdomiro.

Através de Guarani cooptados e trazidos de outras regiões, em fevereiro do ano seguinte, 1978, foi forjada uma eleição para destituir Valdomiro. Apesar disso, ele teve 16 dos 39 votos, mostrando liderança. Como derrotado, tinha de abandonar a aldeia.

Esperto, pediu quatro dias para terminar de colher a roça. Articulando-se com alguns Guarani, em vez de cuidar da roça, partiu para Curitiba com a intenção de denunciar a invasão da área e a prepotência do chefe de Posto. O general Ismarth de Oliveira, presidente da Funai, estava em visita às áreas do Sul e, para surpresa de muitos, recebeu Valdomiro, acatou a denúncia e mandou afastar o funcionário.

Assim, Valdomiro voltou para a aldeia vitorioso. Continuava como cacique e trazia a exoneração de Leonardo. Inconformados, os colonos e capangas dos madeireiros colocaram fogo na casa de uma família Guarani e ameaçaram o novo funcionário. Sem se intimidar, os Guarani partiram para o confronto, expulsando os intrusos. A coragem desses indígenas, vistos sempre como pacíficos, encorajou os Kaingang a entrarem na luta. E os colonos que viviam ao redor do Posto da Funai acabaram sendo expulsos.

A polícia foi acionada e um destacamento militar veio de Guarapuava para ajudar na retirada dos invasores. De forma inteligente, Valdomiro ia colocando uma

família Guarani em cada casa de colono que saía. Os madeireiros, como moravam na cidade, tinham apenas alguns peões nas casas que abandonaram. E, assim, foi mais fácil para eles retirarem os porcos e as galinhas.

A vitória só não foi completa por causa do sequestro do Guarani Jerônimo da Silva. Foi a forma que os colonos encontraram de revidar a expulsão. Quando a comunidade sentiu a falta desse indígena, imediatamente foi preso um “intruso” conhecido como Fackebach, com um recado: se dentro de 48 horas o Guarani não aparecesse vivo, o refém seria morto.

Após dois dias, com ferimentos e todo inchado, Jerônimo foi deixado à beira de uma estrada, perto de Cascavel. Teve de andar 132 quilômetros a pé até chegar em Laranjeiras do Sul, onde foi submetido a um laudo médico para confirmar os maus-tratos. Felizmente estava vivo...²

A retomada da Terra Indígena Rio das Cobras teve início sem morte e com repercussão nacional³. Somente em 1988, onze anos depois, foi concluído o processo de demarcação, mas esta retomada desencadeou outras retomadas em várias terras indígenas do Sul⁴.

1 “Rio das Cobras: a terra conquistada”, *Boletim do Cimi*, Ano 7, nº 44, Jan/Fev de 1978, p. 18

2 *Id.*, ib., p. 21-22

3 *O Estado de S. Paulo*, 21 de fevereiro de 1978, p. 13. In: *Boletim do Cimi*, id. p. 31-32

4 Fonte: Os textos acima citados

